

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

A Transnordestina Logística S.A. (TLSA) - é uma empresa privada cujo controle é exercido de forma compartilhada pelos acionistas: Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., BNDES, BNDES Participações - BNDESPAR e FINAME. A TLSA foi criada originalmente com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A. (CFN), em 1º de janeiro de 1998, incorporando os ativos existentes e o direito de concessão malha ferroviária da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA). A mudança da razão social de CFN para TLSA ocorreu em 2008.

Em 27.12.2013 foi aprovada pelos acionistas da TLSA a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga da Malha Nordeste (composta por Malha I e Malha II) e a cisão parcial da TLSA, sendo sua parte cindida incorporada pela Ferrovia Transnordestina Logística S.A. - FTL. A cisão faz parte da proposta de segregação de ativos e passivos da Malha I, que compreende os trechos ferroviários São Luiz - Mucuri, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife, adquirida na privatização da RFFSA, e da Malha II, que compreende os trechos ferroviários Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém, que compreende a construção da nova ferrovia Nova Transnordestina (expansão da Malha Nordeste).

A autorização da cisão pela ANTT ocorreu em 22.02.2013, no âmbito do Acordo de Investimentos, assinado em setembro de 2013, feito pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (controladora da Incorporadora e da Cindida), Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, FDNE, através das resoluções nº 4.041/2013 e nº 4.042/2013 e da deliberação nº 37/2013. Em janeiro de 2014 foi assinado o contrato de concessão entre a União (ANTT) e a companhia para exploração e desenvolvimento do serviço público do transporte ferroviário de cargas na malha nordeste até o ano de 2057.

A TLSA continua empreendendo esforços e investimentos na construção do Projeto Nova Transnordestina. Esta malha ligará Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), totalizando 1.753 km e um investimento orçado de R\$ 7,5 bilhões. Está sendo construída com bitolas larga e mista, com rampa máxima compensada de 0,6% sentido exportação, rampa máxima compensada de 1,0% sentido importação e raio mínimo de curva de 400 metros. O projeto visa à maximização dos recursos e minimização do tempo de implantação, assim como a garantia de serviços logísticos de alta qualidade e baixo custo. Contempla também a instalação de terminais portuários de exportação de grãos sólidos, implantados estrategicamente próximos aos principais mercados consumidores e em portos capazes de operar com navios cape size, o que garantirá a competitividade do negócio.

O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária, estando em fase de análise pelos órgãos responsáveis, onde estima-se um novo valor por trecho, assim composto: Missão Velha - Salgueiro montante de R\$ 0,4 bilhão, Salgueiro - Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade - Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha - Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro - Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões. A concessão para prestação de serviços ferroviários da TLSA foi prorrogada por mais 30 anos, encerrando-se em 2057.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados de 2014.

As demonstrações financeiras foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Neste ano de 2014 compete destacar:

- Com a incorporação de sua parte cindida em 27.12.2013 pela Ferrovia Transnordestina Logística S.A. - FTL a TLSA fica responsável pelos investimentos na construção do Projeto Nova Transnordestina, caracterizando-se por ser uma empresa em fase pré-operacional.

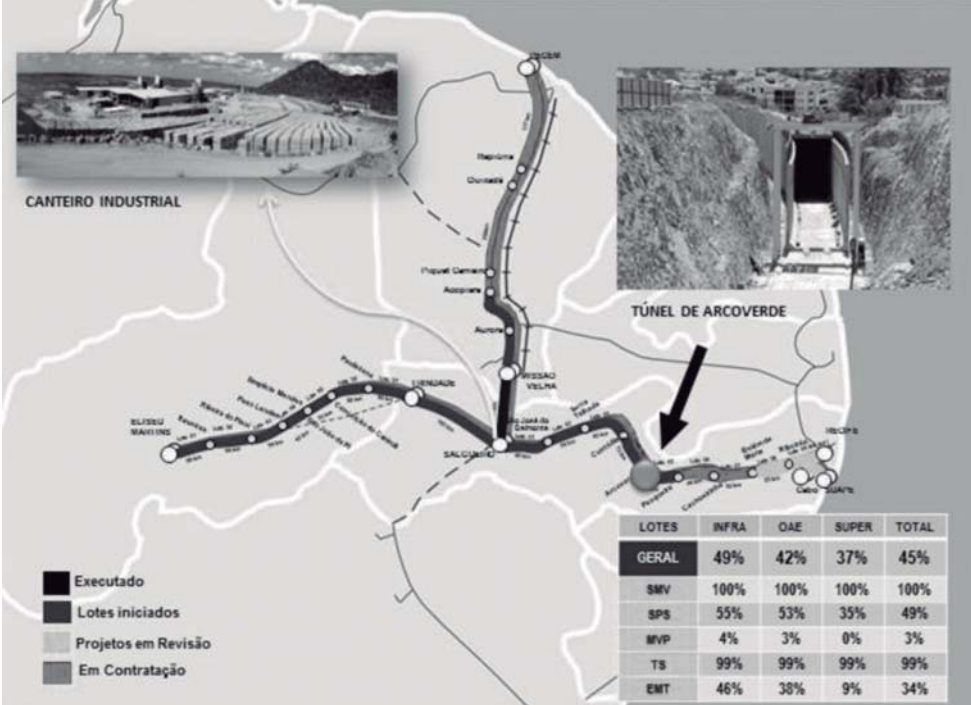
INVESTIMENTOS

As obras de implantação da Ferrovia Nova Transnordestina avançam em conformidade com as negociações que estão sendo realizadas entre a Concessionária e o Governo Federal. São destaques: a assinatura pela Companhia da ordem de serviço para a contratada Civilport Engenharia Ltda. executar as obras nos lotes EMT01 ao EMT05, situados no trecho de Eliseu Martins (PI) até Trindade (PE), assinado também o contrato de empreitada com a Via Magna Construções e Empreendimentos Ltda., para executar as obras nos lotes EMT06 e EMT07, situados no trecho Eliseu Martins (PI) até Trindade (PE), além disso, foi realizada contratação para conclusão do Túnel localizado na cidade de Arcoverde (PE), no lote SPS 05, situado no trecho Salgueiro (PE) até Suape (PE), dando continuidade à implantação do projeto e o avanço da

montagem de grade em Salgueiro - Missão Velha, Salgueiro - Trindade e Salgueiro - Suape, totalizando aproximadamente 518km de grade ferroviária montada. Neste ano, ainda, foi assinado o contrato junto à Construtora Marquise, para execução das obras nos lotes MVP 01 ao MVP 03, situada no trecho Missão Velha (CE) até Pecém (CE). Somente no Projeto Nova Transnordestina foram investidos em 2014 R\$ 512,4 mi e no ano de 2013 R\$ 824,8 mi.

Para melhor entendimento destacamos o andamento da Obra em cada trecho do Projeto:

- As obras do trecho Missão Velha/CE - Salgueiro/PE, com extensão de 96 km, foram iniciadas em julho/06. As obras neste trecho encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação da via estão sendo realizados, atualmente;
- As obras do trecho Salgueiro-Trindade, com extensão de 163 km, foram iniciadas em fevereiro/2009. As obras avançam na parte de Infraestrutura, OAE (Obras de Artes Especiais) e Superestrutura, apresentando avanços de 99%, 99% e 99%, respectivamente. Já em fase de conclusão.
- As obras do trecho Eliseu Martins/PI - Trindade/PE, com extensão de 423 km, foram executadas nos lotes EMT 01, 02, 05, 06 e 07, e representam um avanço total de 46% de infraestrutura, 38% de OAE e 9% de Superestrutura;
- As obras do trecho Salgueiro/PE - Porto de Suape/PE, com extensão de 544 km, têm 306 km com obras iniciadas, correspondendo aos lotes de Projeto: SPS-01 ao SPS-05, com avanços representativos na infraestrutura. Os lotes 01, 02 e 03 encontram-se em processo de conclusão serviços, restando apenas serviços finais de acabamento (drenagem e hidrossemeadura). No SPS 05 podemos destacar a obra do Túnel de Arcoverde;

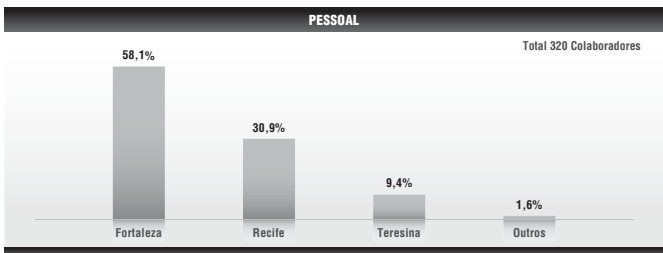


- Os trilhos que serão utilizados nos trechos de: Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Salgueiro - Porto de Suape e Eliseu Martins - Trindade, totalizam aproximadamente 167 mil toneladas, destas, 133 mil toneladas foram recebidas através do Porto do Mucuri-CE e 34 mil toneladas foram recebidas através do Porto de Recife-PE.

O investimento acumulado no projeto Nova Transnordestina é de R\$ 5,268 bilhões.

No sumário executivo abaixo visualizamos o estágio atual das obras da Ferrovia Nova Transnordestina, referente ao ano de 2014.

PESSOAL



O número de colaboradores em 2014 foi de 320 pessoas.

DESEMPENHO FINANCEIRO



Em R\$ mil	2014
Prejuízo líquido do exercício	(43.825)
(+) Tributos sobre o lucro	-
(+) Despesas financeiras líquidas das receitas financeiras	15.383
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	2.188
LAJIDA (EBITDA)	(26.254)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	8.006
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado) (*)	(18.248)

(*) A Companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R\$ 18.248 mil negativos em 2014.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Os auditores só prestaram serviços de auditoria externa.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$ mil)				
	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013	
Ativos				
Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	5	511.586	195.830	
Estoques	7	298	812	
Impostos a recuperar	8	612	10.086	
Despesas antecipadas	9	4.723	10.605	
Outras contas a receber		8.466	763	
Total dos ativos circulantes		525.685	218.096	
Não circulantes				
Aplicações financeiras	6	128.839	116.505	
Partes relacionadas	10	11.475	-	
Depósitos judiciais	15	14.840	3.606	
Impostos a recuperar	8	123.146	109.169	
Imobilizado	11	5.757.372	5.087.629	
Intangível		7.939	10.128	
Total dos ativos não circulantes		6.043.611	5.327.037	
Total dos ativos		6.569.296	5.545.133	
Passivos e patrimônio líquido				
Circulantes				
Fornecedores	12	57.419	32.550	
Empréstimos e financiamentos	13	34.558	15.569	
Impostos e contribuições a recolher		12.169	14.346	
Partes relacionadas	10	145.354	76.870	
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	13.905	-	
Outras contas a pagar		6.960	9.289	
Debêntures	14	1.499	957	
Total dos passivos circulantes		271.864	149.581	
Não circulantes				
Empréstimos e financiamentos	13	616.779	603.323	
Debêntures	14	3.502.764	2.580.842	
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	-	1.900	
Partes relacionadas	10	104.253	295.255	
Adiantamento para futuro aumento do capital	10	3.229	200.000	
Total dos passivos não circulantes		4.227.025	3.681.320	
Patrimônio líquido				
Capital social	16	2.682.671	2.282.671	
Prejuízos acumulados		(612.264)	(568.439)	
Total do patrimônio líquido		2.070.407	1.714.232	
Total dos passivos e patrimônio líquido		6.569.296	5.545.133	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$ mil)			
	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Receita líquida de serviços	17	-	58.465
Custos dos serviços prestados	18	-	(60.840)
Prejuízo bruto		-	(2.375)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	18	(20.436)	(18.563)
Despesas com vendas	18	-	(802)
Outras despesas operacionais, líquidas	18	(8.006)	(296.411)
Resultado antes do resultado financeiro		(28.442)	(318.151)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	3.725	6.717
Despesas financeiras	19	(19.108)	(25.561)
		(15.383)	(18.844)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(43.825)	(336.995)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	178.937
Prejuízo do exercício		(43.825)	(158.058)
Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações	16c	(1,2159)	(4,7203)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$ mil)		
	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo do exercício	(43.825)	(158.058)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(43.825)	(158.058)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$ mil)				
	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012		2.317.722	(410.381)	1.907.341
Aumento de capital		158.399	-	158.399
Redução de capital por cisão parcial	4	(193.450)	-	(193.450)
Prejuízo do exercício		-	(158.058)	(158.058)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		2.282.671	(568.439)	1.714.232
Aumento de capital	16	400.000	-	400.000
Prejuízo do exercício		-	(43.825)	(43.825)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		2.682.671	(612.264)	2.070.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$ mil)			
	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(43.825)	(158.058)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	18	2.189	15.850
Provisão para perda de estoques		456	251
Variações monetárias e juros - líquido	13	16.242	22.773
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	5.644	1.055
Apropriação de receita diferida		-	(508)
Reversão da provisão de juros de mútuo - capitalização		-	(10.380)
Ganhos ou perdas na baixa de ativo imobilizado - sinistro		-	(2.653)
Baixa de custo de transação de empréstimo	13	(265)	2.338
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	(841)
Rendimentos de aplicação financeira		-	(77)
Provisão para redução ao valor recuperável		-	279.296
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	(178.937)
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes e outros créditos		-	2.652
Estoques		58	1.010
Depósitos judiciais		(11.234)	(3.083)
Impostos a recuperar		(4.503)	18
Outras contas a receber		(7.703)	(23.904)
Despesas antecipadas		392	1.949
Partes relacionadas		(11.475)	-
Fornecedores		24.869	(257.075)
Adiantamento de clientes		-	118
Outras contas a pagar		(2.329)	9.275
Impostos e contribuições a recolher		(6.290)	(4.174)
Juros pagos		(45.359)	(55.166)
Contingências		-	(1.285)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(83.133)	(359.556)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		34.265	22.908
Aquisição de imobilizado e intangível	11	(520.577)	(575.672)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(486.312)	(552.764)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento na emissão de ações preferenciais		-	5.424
Captação de AFAC com acionistas		203.229	234.526
Obtenção de financiamentos com partes relacionadas		37.024	292.389
Obtenção de financiamentos com BNB FNE	13	26.648	24.518
Obtenção de financiamentos com ITAU-FINAME		-	2.323
Obtenção de financiamentos Banco do Brasil		-	970
Emissão de debêntures conversíveis	14	800.000	650.000
Amortização de financiamentos com o BNDES		-	(22.598)
Amortização de financiamentos com o BNB-FNE	13	(10.714)	(5.357)
Amortização de financiamentos com partes relacionadas		(169.894)	(112.554)
Amortização de financiamentos com a FINAME	13	(1.092)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		885.201	1.069.641
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		315.756	157.321
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		195.830	39.195
Efeito da cisão parcial sobre o saldo de caixa		-	(686)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		511.586	195.830
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		315.756	157.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)	

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Transnordestina Logística S.A. (Companhia) tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes nas linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

Em 31 de dezembro de 1997, foi assinado o contrato de concessão entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, por um período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A Malha Nordeste engloba 7 (sete) Estados da Federação, desde a divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas até o Estado do Maranhão, com uma extensão total de 4.534 km, conforme Edital PND/A-02/97/RFFSA do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Os bens da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) também foram arrendados pela Companhia em 31 de dezembro de 1997, conforme contrato nº 071/97, pelo prazo de 30 anos, prorrogável por igual período, ver nota explicativa nº 20, acordo de concessão. Em 25 de novembro de 2005, a Companhia e seus acionistas, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Taquari Participações S.A., em conjunto com os órgãos da administração pública: União Federal, Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) - (atual SUDENE), Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDESPAR firmaram protocolo de intenções para realização de projeto de infraestrutura denominado "Projeto Nova Transnordestina".

A nova ferrovia, com extensão de 1.753 km, ligará o terminal ferroviário, em Eliseu Martins (PI) aos dois modernos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando pela cidade de Salgueiro (PE). A Transnordestina Logística S.A. entende que este será um projeto estruturante que permitirá aumentar a competitividade de diversas cadeias produtivas localizadas ao longo da ferrovia.

Em 2006 iniciaram-se as obras no trecho Missão Velha (CE) a Salgueiro (PE) e em 2009 iniciaram-se as obras no trecho Salgueiro (PE) a Trindade (PE).

Em 11 de janeiro de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM concedeu à Transnordestina Logística S.A., registro inicial de companhia aberta. A abertura de capital foi necessária para fins de observância a exigência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, quando da aprovação da incorporação da Companhia Transnordestina pela então Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, anterior razão social da Transnordestina Logística S.A.

Em 22 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela ANTT, através da Resolução 4.042, a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, e a cisão da concessionária Transnordestina Logística S.A. com a consequente constituição de duas companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste, composta pelos trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II). Adicionalmente, nesta mesma Resolução, a ANTT considera que o prazo original da concessão é insuficiente para amortizar os investimentos a serem feitos para viabilização das obras dos novos ramais da malha nordeste, implicando a necessidade de prorrogação do prazo original da concessão, dentro das limitações previstas no contrato de concessão original.

Em 20 de setembro de 2013 a Companhia assinou Acordo de Investimentos juntamente aos acionistas e órgãos financiadores, cujo orçamento vigente para este projeto é de R\$ 7,542 bilhões (em substituição aos R\$ 5,422 bilhões), sendo, R\$ 1,888 bilhões provenientes do acionista controlador, R\$ 230 milhões do acionista VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovia S.A. (empresa pública controlada pelo Governo Federal), R\$ 1,143 bilhões de aumento de capital com recursos do FINOR - Fundo do Investimento do Nordeste, R\$ 180 milhões referente a empréstimo com recursos do FNE, R\$ 225 milhões de recursos a título de empréstimos, provenientes do BNDES e R\$ 3,876 bilhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE. Até 31 de dezembro de 2014 foram investidos no projeto o montante de R\$ 5,241 bilhões (R\$ 4,605 bilhões em 31 de dezembro de 2013), recursos oriundos das seguintes fontes: FINOR R\$ 354 milhões, FNE R\$ 153 milhões, FDNE R\$ 2,630 bilhões, BNDES R\$ 225 milhões, VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovia S.A. R\$ 559 milhões e recursos da controladora R\$ 1,319 bilhões. O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária, estando em fase de análise pelos órgãos responsáveis, onde estima-se um novo valor por trecho, assim composto: Missão Velha - Salgueiro montante de R\$ 0,4 bilhão, Salgueiro - Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade - Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha - Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro - Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões.

Conforme o Acordo de Investimentos, à CSN caberá a responsabilidade de aportar recursos extraordinários, se houver necessidades de investimentos que ultrapassem o orçamento acordado, em troca de contrato de uso da via permanente.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$ mil)			
	31/12/2014	31/12/2013	
Receitas	3.337	89.338	
Vendas de serviços	-	72.738	
Outras receitas	3.337	15.758	
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	842	
Insumos adquiridos de terceiros	(14.063)	(342.373)	
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(256)	(18.778)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.806)	(9.939)	
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(279.296)	
Outras - materiais de consumo Administrativo/Comercial e outros	(12.001)	(34.360)	
Valor adicionado bruto	(10.726)	(253.035)	
Depreciação, amortização e exaustão	(2.189)	(15.850)	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(12.915)	(268.885)	
Valor adicionado recebido em transferência	3.725	6.717	
Receitas financeiras	3.725	6.717	
Valor adicionado total a distribuir	(9.190)	(262.168)	
Distribuição do valor adicionado	(9.190)	(262.168)	
Pessoal	13.708	30.825	
Remuneração direta	7.026	20.971	
Benefícios	6.112	8.479	
FGTS	570	1.375	
INSS (incluindo SAT)	-	-	
Impostos, taxas e contribuições	2.596	(156.259)	
Federais	2.116	(163.546)	
Estaduais	480	6.430	
Municipais	-	857	
Remuneração de capitais de terceiros	18.331	21.324	
Juros	16.242	14.715	
Aluguéis	-	1.408	
Outras	2.089	5.201	
Remuneração de capitais próprios	(43.825)	(158.058)	
Prejuízo do exercício	(43.825)	(158.058)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Em 27 de dezembro de 2013 foi aprovada pelos acionistas da Companhia a cisão parcial dos ativos e passivos referentes à Malha I, tendo sido incorporados pela FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (ver detalhes na nota explicativa nº 4).

Em 22 de janeiro de 2014, foi assinado o contrato de concessão entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres, e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, até o ano de 2057, referente aos trechos que compõem a Malha II, englobando 3 (três) Estados da Federação, com uma extensão total de 1.753 km.

Em 11 de março de 2014 foi assinada pela Companhia a ordem de serviço para a contratada Civilport Engenharia Ltda. executar as obras nos lotes EMT01 ao EMT05, situados no trecho de Eliseu Martins (PI) até Trindade (PE).

Em 28 de agosto de 2014 foi assinada pela Companhia a ordem de serviço para a contratada Via Magna Construções e Empreendimentos Ltda. executar as obras nos lotes EMT06 e EMT07, situados no trecho de Eliseu Martins (PI) até Trindade (PE).

Em 03 de novembro de 2014 foi assinada pela Companhia a ordem de serviço para a contratada Construtora Marquise S.A. executar as obras nos lotes MVP01 ao MVP03, situados no trecho de Missão Velha (CE) até o Porto de Pecém (CE), dando continuidade à implantação do projeto.

Em 31 de dezembro de 2014, o estágio das obras nos trechos da Malha II apresentava o seguinte avanço, por trecho: Salgueiro (PE) - Missão Velha (CE) - extensão total de 96 quilômetros com avanço de 100% (concluído), Salgueiro (PE) - Trindade (PI) - extensão total de 163 quilômetros com avanço de 99%, Eliseu Martins (PI) - Trindade (PI) - extensão total de 423 quilômetros com avanço de 34%, Salgueiro (PE) - Porto de Suape (PE) - extensão total de 544 quilômetros, com avanço de 49% e Missão Velha (CE) - Pecém (CE) - extensão total de 527 quilômetros com avanço de 3%.

Continuidade operacional

Em decorrência da cisão, a Companhia passou a estar em fase pré-operacional, devendo assim permanecer até a conclusão da Malha II, prevista para janeiro de 2017, quando então iniciará sua operação. O Projeto Transnordestina conta com recursos de seus acionistas, e está sendo executado em conformidade com o acordo de investimento celebrado entre os acionistas da Companhia, em 20 de setembro de 2013.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras incluem as demonstrações financeiras da Companhia preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para conclusão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 10 de março de 2015.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 11 - Valor residual do ativo imobilizado, incluindo a análise de recuperabilidade (*Impairment*).
- Nota 15 - Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo, quando existentes, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

continua...

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais finalizadas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores, debêntures e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos que sejam discricionários. Dividendos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Ações preferenciais são classificadas no passivo como instrumento financeiro de dívida se forem resgatáveis em uma data específica, ou quando a opção de resgate está com o detentor do título. Nestes casos, os dividendos pagos serão reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

c. Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear fundamentado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Custo de aquisição de *softwares*: 5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i. Receita operacional

Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

j. Arrendamentos

i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e

b. O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os juros são capitalizados quando qualificam o imobilizado.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

Impacto de novas legislações

Medida Provisória nº 627/2013 ("MP 627")

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a MP 627 que modifica de forma relevante as regras tributárias do Imposto de Renda e da Contribuição Social, dentre outras. Os dispositivos da MP 627 entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano calendário de 2014.

Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, em especial no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a MP 627, a Lei nº 12.973 não impôs a opção antecipada de seus efeitos para o ano-calendário de 2014 como condição para eliminar efeitos fiscais relacionados às diferenças decorrentes da aplicação dos métodos e critérios contábeis atuais e aqueles vigentes em 31 de dezembro de 2007 para os itens acima, facultando às empresas a possibilidade de antecipação dos efeitos da norma de acordo com os interesses de cada contribuinte.

A Administração analisou os impactos tributários que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973, conversão da MP 627, e concluiu que não houve distribuição de dividendos e/ou juros de capital próprio superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, a Administração avalia que não haverá encargos tributários adicionais em relação à distribuição de lucros nos últimos 5 anos. A Administração não optou pela aplicação antecipada das disposições da Lei nº 12.973.

m. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

continua...

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

n. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 9	“Instrumentos Financeiros”. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável.	2018
IFRS 15	“Receita de contratos com clientes”. Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma substitui a IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18-Receitas e correspondentes interpretações.	2017

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Empresa espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

o. IFRIC 12 - Service Concessions Agreements (Contratos de Serviço de Concessão)

Conforme a interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, sobre a IFRIC 12 - Service Concessions Agreements, para que um contrato de concessão seja aderente a IFRIC 12 é necessário o atendimento de todos os seguintes critérios: i) regulamentação e controle da concessionária pela concedente; ii) determinação de preço; e iii) determinação dos clientes aos quais serão destinados os serviços. O contrato de concessão da Companhia não especifica a quem serão destinados os serviços e não determina os preços, apenas limites máximos, o que proporciona uma margem significativa para negociações comerciais.

Com base no confronto realizado entre os critérios para enquadramento a IFRIC 12 - Service Concessions Agreements e o Contrato de Concessão para Exploração e Desenvolvimento do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Carga na Malha Nordeste, a Administração da Companhia entende que a adoção da IFRIC 12 não é aplicável.

4. CISÃO PARCIAL SEGUIDA DE INCORPORAÇÃO

Em assembleia geral extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2013 (Data do Evento), foi aprovado por unanimidade dos acionistas da Companhia, o Protocolo de Cisão Parcial seguido de Incorporação da Parcela Cindida pela FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL), sociedade ligada da Companhia.

A cisão fez parte de uma proposta de reorganização de negócios envolvendo a Companhia e a FTL nos termos das Resoluções ANTT nº 4.041/2013 e 4.042/2013 e da Deliberação ANTT nº 37/2013, e no âmbito do Acordo de Investimentos celebrado por Companhia Siderúrgica Nacional, VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, tendo por objetivo a segregação da quase totalidade dos ativos ligados à Malha I (que compreende os trechos ferroviários entre as cidades de São Luís a Mucuripe, Arrojado a Recife, Itabaiana a Cabedelo e Paula Cavalcante a Macau) (“Parcela Cindida”) e a incorporação da Parcela Cindida pela Incorporadora, viabilizando a criação de adequada estrutura de acompanhamento e fiscalização dos órgãos públicos em relação aos ativos e passivos ligados à Malha II (que compreende os trechos ferroviários entre as cidades de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém) e teve a sua implementação na forma do disposto no Protocolo de Cisão Parcial seguida de Incorporação (“Protocolo”), firmado em 05 de dezembro de 2013 entre os administradores da Incorporadora e da Companhia, assim como das Justificações apresentadas pelas respectivas administrações da Incorporadora e da Companhia (“Justificações”).

Em decorrência da cisão, o patrimônio líquido da Companhia foi reduzido em R\$ 193.450, sendo a referida redução integralmente destinada à conta de capital social, com o cancelamento de 3.513.739 ações ordinárias, em montante equivalente ao valor do acervo patrimonial levantado, tomando-se por base os registros contábeis, tal como refletidos nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, levantadas especialmente para este fim em 30 de novembro de 2013 (Data-base). O acervo compreendeu aqueles bens e direitos arrolados e identificados no competente laudo de avaliação preparado pelos peritos nomeados pelos acionistas da Companhia.

Está demonstrada a seguir a posição do acervo patrimonial levantado na Data-base do laudo de avaliação:

	Acervo patrimonial em 30/11/2013
Ativos circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	686
Contas a receber de clientes e outros créditos	4.231
Estoques	18.484
Impostos a recuperar	7.016
Outras contas a receber	581
	30.998
Ativos não circulantes	
Contas a receber de clientes e outros créditos	2.338
Partes relacionadas	178.937
Depósitos judiciais	14.442
Impostos a recuperar	11.596
Imobilizado	174.973
	382.286
Total dos ativos	413.284
Passivos circulantes	
Fornecedores	22.710
Empréstimos e financiamentos	25.662
Impostos e contribuições a recolher	4.681
Partes relacionadas	7.486
Outras contas a pagar	7.632
Adiantamento de clientes	1.842
	70.013
Passivos não circulantes	
Empréstimos e financiamentos	100.528
Receita diferida	6.799
Provisões para riscos cíveis, fiscais, tributários e cíveis	32.190
Partes relacionadas	5.958
Outras contas a pagar	1.533
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.813
	149.821
Total dos passivos	219.834
Patrimônio líquido contábil	193.450

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	2.441	947
Aplicações financeiras	509.145	194.883
Total	511.586	195.830

As aplicações financeiras, são de liquidez imediata, referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remunerados a taxas que variam de 75% a 101% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2014.

Não existem recursos mantidos em caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para utilização pela Companhia, assim como, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa e, portanto, esses saldos foram considerados para fins de demonstração de fluxo de caixa.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras no montante de R\$ 128.839 (R\$ 116.505 em 31 de dezembro de 2013), referem-se aos fundos de liquidez do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante serão resgatadas ao final do contrato nos anos de 2027 e 2028, respectivamente, e remuneradas a uma taxa de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. ESTOQUES

	31/12/2014	31/12/2013
Almoxarifado	298	812
Total	298	812

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2014	31/12/2013
ICMS	29.802	29.131
ICMS sobre ativo imobilizado	52.242	52.932
COFINS	12.137	9.915
COFINS sobre ativo imobilizado	10.353	12.185
PIS	2.775	2.289
PIS sobre ativo imobilizado	2.319	2.717
IRPJ sobre aplicação financeira	13.518	9.449
Outros	612	637
Total	123.758	119.255
Circulante	612	10.086
Não circulante	123.146	109.169
Total	123.758	119.255

ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente do Projeto Nova Transnordestina, conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia vem gerando créditos de ICMS. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação.

PIS e COFINS a recuperar

Trata-se de créditos de PIS e COFINS calculados sobre o valor das aquisições de ativo imobilizado. O custo das aquisições é contabilizado pelo valor líquido de tais créditos. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação, através da compensação com obrigações de mesma natureza na proporção de 1/12 por mês, conforme opção permitida pela Lei nº 10.865/04.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros, sendo a parte da operação atual apropriada mensalmente ao resultado, e a parte referente ao Projeto Nova Transnordestina capitalizada.

Tratam-se de despesas com seguros de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil referente à obra de construção da nova ferrovia denominada Nova Transnordestina, bem como, de seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia.

10. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com acionistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

• Saldos com partes relacionadas

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas diretas e indiretas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão listados a seguir:

	CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	BNDES	31/12/2014	31/12/2013
Ativo					
Encargos capitalizados acumulados (a)	62.442	12.959	71.394	146.795	104.418
Serviços compartilhados e outros (b)	-	9.057	-	9.057	-
Outros Créditos (c)	-	6.009	-	6.009	-
Passivo					
Empréstimos e Financiamentos (d)	-	-	296.823	296.823	279.283
Adiantamento para futuro aumento de capital (e)	3.229	-	-	3.229	200.000
Contrato de mútuo (f)	135.446	114.161	-	249.607	372.125

Resultado

Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	-	8.822
(a) Encargos capitalizados - Referente a juros incidentes sobre empréstimos, financiamentos e mútuos captados para aplicação no Projeto Nova Transnordestina.					
(b) Serviços Compartilhados e outros - Representado substancialmente por valores a receber referente ao rateio de gastos administrativos, nos termos do contrato de serviços compartilhados firmado entre as partes.					
(c) Outros créditos - Referente a saldos a receber por vendas e reembolso de despesas.					
(d) BNDES - Financiamentos e juros incorridos sobre os financiamentos contraídos destinados à execução das obras e serviços para recuperação e modernização das instalações e equipamentos da malha ferroviária nordestina. Ver nota nº 13 para detalhes adicionais.					
(e) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC efetuado pelos acionistas.					
(f) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto às partes relacionadas possuem prazo médio de dois anos, com incidência de juros de aproximadamente 102% do CDI e IOF.					

• Honorários da Diretoria

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de Administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Companhia apresenta no quadro a seguir, informações sobre remunerações acumuladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

		31/12/2014	31/12/2013
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores		2.107	
11. IMOBILIZADO			
	Taxa anual de depreciação (% a.a.)		
Imobilização em andamento	-	5.757.372	5.087.629

Movimentação

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Saldo em 31/12/2014
Imobilização em andamento - Geral	5.087.629	669.743	5.757.372
De acordo com a Deliberação CVM nº 577, de 05 de junho de 2009, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 20, os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado, devem ser registrados em conta destacada, que evidencie sua natureza, e classificados no mesmo grupo do ativo de origem. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia capitalizou o montante líquido de receitas e despesas financeiras de R\$ 137.315 (R\$ 180.488 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).			

Opção pelo custo histórico

A Companhia não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores (BR GAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que: (i) os controles internos na área de ativo imobilizado já compreendiam na data de transição (01/01/2009) revisões periódicas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados; (ii) os procedimentos de valorização dos ativos imobilizados conforme as práticas contábeis anteriores foram revisados e confirmados quanto à aderência aos requisitos de valorização do CPC 27 (IAS 16) e (iii) a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação já levava em consideração os impactos de depreciação diferenciada sobre os principais componentes dos ativos imobilizados. A totalidade do ativo imobilizado da Companhia está concentrada nas obras em andamento.

Além disto, a Companhia entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

Impairment

A Companhia efetuou a análise do valor recuperável de ativos (*Impairment*) na data base de 31 de dezembro de 2014 conforme exigido pelo CPC 01 e não identificou necessidade de ajustes e ou provisões com base: (i) no valor de mercado dos ativos e valor do patrimônio que não divergem do seu valor contábil; (ii) ausência de indícios ou até mesmo mudanças significativas que poderiam afetar o ambiente tecnológico, de mercado ou legal da Companhia; (iii) manutenção preventiva dos seus itens de ativo imobilizado que evidencia a ausência de obsolescência de seus bens; dentre outros fatores internos ou externos.

12. FORNECEDORES

	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedor para aquisição de imobilizado	57.419	32.550

continua...

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

13. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Tipo	Vencimento	Encargos	31/12/2014	31/12/2013
BNDES (a)	2027	TJLP + 1,50% a.a.	296.823	279.283
BNB (b)	2027	7,5% a.a.	335.762	319.765
Banco Itaú (c)	2022	5,5% a.a.	18.752	19.844
Total			651.337	618.892
(-) Circulante			(34.558)	(15.569)
Não circulante			616.779	603.323

Movimentação

Tipo	Saldo em 31/12/2013	Adições/ liberações	Atualização financeira (*)	Amortização de principal	Amortização de juros	Custo de transação	Saldo em 31/12/2014
BNDES (a)	279.283	-	17.805	-	-	(265)	296.823
BNB (b)	319.765	26.648	30.338	(10.714)	(30.275)	-	335.762
Banco Itaú (c)	19.844	-	996	(1.092)	(996)	-	18.752
Total	618.892	26.648	49.139	(11.806)	(31.271)	(265)	651.337

(*) A atualização financeira inclui R\$ 32.897 capitalizado e R\$ 16.242 de despesa de juros, estando apresentada líquida das amortizações dos custos de transação no montante de R\$ 265.

a. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Financiamento destinado aos investimentos na construção do Projeto Nova Transnordestina. A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros serão pagos mensalmente a partir de março de 2017. Os financiamentos serão amortizados, em até 12 anos, sendo o primeiro a partir de março de 2017, garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. Os financiamentos têm vencimento para 2027.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não realizou amortização e não havia recebido novas liberações de recursos.

Cronograma de desembolsos BNDES

	31/12/2014	31/12/2013
2015	16.713	11.478
2016	14.544	11.478
2017 a 2027	265.566	256.327
Total	296.823	279.283

b. Banco do Nordeste do Brasil - BNB

Os financiamentos contraídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, são destinados à execução das obras e serviços do trecho de recuperação da malha ferroviária entre as cidades de Salgueiro a Trindade, vinculado ao Projeto Nova Transnordestina e revitalização da malha atual. A liberação dos recursos restantes está condicionada a prestação de contas da utilização dos recursos liberados.

A taxa de juros pactuada é 10% a.a. com bônus de adimplência que faz a taxa recuar para 7,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Os empréstimos serão amortizados mensalmente, em até 15 anos (ambos de 2013-2027 - com nova condição a partir do aditivo realizado ao contrato em 2011). A garantia é 50% por carta de fiança bancária e 50% por fiança corporativa pela Controladora. Até 31 de dezembro de 2014, a Companhia havia efetuado desembolsos de R\$ 30.275 (R\$ 28.283 em 31 de dezembro de 2013) a título de encargos financeiros e de R\$ 10.714 (R\$ 5.357 em 31 de dezembro de 2013) a título de principal.

Cronograma de desembolsos BNB

	31/12/2014	31/12/2013
2015	18.843	14.426
2016	26.602	13.020
2017	26.602	24.552
2018 a 2027	263.715	267.767
Total	335.762	319.765

c. Banco Itaú BBA S.A. - Banco Itaú

O financiamento celebrado junto ao Banco Itaú, provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), tem por finalidade a aquisição de 34 vagões do tipo PNT e 37 vagões do tipo HNT, com modernização dos equipamentos da Companhia.

Em 13 de junho de 2013, a Companhia recebeu a título de liberação parcial o valor de R\$ 2.323, referente a um novo crédito obtido junto ao Banco Itaú no valor total de R\$ 301.713, recursos esses também originários da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), tendo por finalidade a aquisição de 886 vagões do tipo HFT, 42 vagões do tipo PET e 286 vagões do tipo GDT, dando assim continuidade ao processo de modernização dos equipamentos da Companhia.

A taxa de juros pactuada é 5,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Os empréstimos serão amortizados mensalmente, em até 8 anos (ambos de 2014-2022). A garantia é por meio de alienação fiduciária. Até 31 de dezembro de 2014, a Companhia havia efetuado desembolsos de R\$ 996 (R\$ 972 em 31 de dezembro de 2013) a título de encargos financeiros e de R\$ 1.092 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2013) a título de principal.

Cronograma de desembolsos Itaú

	31/12/2014	31/12/2013
2015	2.501	1.143
2016	2.474	2.450
2017	2.474	2.474
2018 a 2022	11.303	13.777
Total	18.752	19.844

A Companhia não possui ativos em garantias aos financiamentos contratados.

Cláusulas restritivas

Os financiamentos com o BNDES e BNB em suas modalidades, possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação física e documental as aquisições e investimentos realizados no ativo imobilizado, para o projeto Nova Transnordestina.

Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

14. DEBÊNTURES

No exercício de 2011, a Companhia aprovou a emissão de até R\$ 2.672.400 em debêntures conversíveis em ações, sendo aditado em julho de 2014 para R\$ 3.876.492. Os papéis serão subscritos pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Em 31 de dezembro de 2014, o montante de debêntures emitidas, acrescido de juros era de R\$ 3.504.263 (R\$ 2.581.799 em 31 de dezembro de 2013), conforme a seguir:

	Data da emissão	Quantidade	Principal na data da emissão	Atualização financeira	Saldo atualizado em 31/12/2014	Saldo atualizado em 31/12/2013
1ª Emissão	09/03/2010	336.647.184	336.647	101.219	437.867	421.191
2ª Emissão	25/11/2010	350.270.386	350.270	86.329	436.599	419.972
3ª Emissão	01/12/2010	338.035.512	338.036	83.109	421.144	405.105
4ª Emissão	04/10/2011	468.293.037	468.293	86.762	555.055	533.916
5ª Emissão	19/09/2012	121.859.549	121.860	14.769	136.629	131.425
6ª Emissão	24/06/2013	650.000.000	650.000	51.074	701.074	670.190
7ª Emissão	11/08/2014	800.000.000	800.000	15.895	815.895	-
Total		3.065.105.668	3.065.106	439.157	3.504.263	2.581.799

(-) Circulante (1.499) (957)

Não circulante 3.502.764 2.580.842

Todas as debêntures emitidas têm valor nominal unitário de R\$ 1,00, vencimento em 19/09/2056 e juros de TJLP + 0,85% a.a.

Movimentação

Saldo 31/12/2013	Liberação	Atualização financeira (*)	Amortização de juros	Saldo 31/12/2014
2.581.799	800.000	126.446	(3.982)	3.504.263

(*) Todos os juros incorridos e encargos financeiros relativos às debêntures emitidas para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados.

Em 4 de agosto de 2014, foi assinado o 9º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que os juros de 0,85% a.m. somente incidirão a partir de 20/09/2016, e serão exigíveis a partir de 19 de setembro de 2017, juntamente com as amortizações programadas, e teve como impacto em 2014 a reversão de juros capitalizados no montante de R\$ 37.273.

O contrato de debêntures não se enquadra como um instrumento financeiro com derivativo embutido, pois não possui a condição básica para que seja considerado um derivativo, na qual o fluxo de caixa deve ser modificado por algum indexador. Neste caso o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, apenas a forma de recebê-lo pode ser através de instrumento patrimonial ou em dinheiro. Além do fato de que o objetivo principal da emissão das debêntures foi o Governo Federal financiar a obra da nova malha ferroviária e honrar com o prazo da concessão. As debêntures não possuem valor de mercado e avaliação do derivativo é nula.

Em 4 de agosto de 2014, foi assinado o 9º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 3 de abril de 2015, foi adiado para 19 de setembro de 2017, em 40 parcelas anuais e consecutivas.

Conversibilidade

Conforme cláusula de conversibilidade e acordo de acionistas assinado em 20 de setembro de 2013, as debêntures serão convertidas em ações pela SUDENE/FDNE, no vencimento da primeira parcela de amortização ou resgate, e limitadas a 50% no primeiro vencimento.

As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, em que o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

Vencimento antecipado das debêntures

Poderá ser imediatamente declarada vencida e pagável a soma total das debêntures até então subscritas e integralizadas, acrescidas das remunerações, pena convencional e multas, se ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- Incurrir em atraso injustificado por mais de 15 dias no pagamento do principal e/ou encargos;
- Sustar ou interromper suas atividades por mais de 30 dias ou vier a ser cindida, fundida ou incorporada, salvo prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;
- Pedir recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou for decretada a falência;
- Descumprir obrigações decorrentes de operações financeiras da Companhia ou de seus acionistas controladores, e também obrigações financeiras assumidas perante o BNB;
- Promover modificações no controle acionário, sem prévia aprovação da SUDENE e ouvido o BNB;
- Descumprimentos das regras gerais do regulamento do FNDE e demais disposições legais aplicáveis;
- Aplicar recursos em desacordo com o estabelecido no projeto aprovado pela SUDENE;
- Não manter o registro na CVM impossibilitando o processo de conversão das debêntures em ações;
- O não cumprimento das salvaguardas contratuais, bem como alienação ou constituição de ônus sobre os bens do projeto sem a prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;
- Deixar de reforçar as garantias em até 30 dias após notificação do BNB nesse sentido, se ocorrer fatos que determine a diminuição das garantias oferecidas.

Garantias

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória. A relação entre o total de garantias e debêntures é de 238,01%.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor total da garantia é R\$ 9.226 mil e o montante de principal do contrato de escritura das debêntures é R\$ 3.876 mil. Relação das garantias:

- (a) Fiança corporativa da CSN até o limite de 48,47% do valor nominal das debêntures em aberto, devidamente atualizado, sendo a fiança irrevogável e irretroatável para todos os fins legais;
- (b) Fundo de liquidez representado por aplicações financeiras em conta corrente;
- (c) Direitos indenizatórios sobre os ativos do Projeto, representados pelas obras civis realizadas pela empresa e oriundos do Contrato de Concessão;
- (d) Penhor de direitos creditórios oriundos dos contratos operacionais que futuramente serão celebrados;
- (e) Contratação de seguro garantia, de acordo com o padrão de mercado e de forma individualizada para cada módulo do projeto;
- (f) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, no valor referencial de R\$ 209.971.

15. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Líquido
Cível	2.255	(1.947)	308	1.900
Trabalhistas	11.650	(12.894)	(1.244)	(3.606)
Total	13.905	(14.840)	(936)	(1.706)

Movimentação dos processos no exercício

	Saldo inicial 31/12/2013	Adição	Utilização	Reversão	Saldo final 31/12/2014
Cíveis (a)	1.900	1.119	(162)	(602)	2.255
Trabalhistas (b)	-	14.422	(1.995)	(777)	11.650
Total	1.900	15.541	(2.157)	(1.379)	13.905

a. Contingências cíveis

Atualmente a Companhia é demandada como ré na Ação de Falência nº 0165651-25.2012.8.06.0001. A Companhia efetuou o depósito judicial da quantia de R\$ 1.670 em 17/10/2012. Em 19/05/2014, juntada de depósito judicial elisivo do valor remanescente de R\$ 276. Em 31/07/2014, sentença determinando o levantamento dos valores pela parte autora. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 1.981.

b. Contingências trabalhistas

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, no montante provisionado de R\$ 11.650, dos quais R\$ 7.141 estão relacionados à cobrança de horas extras e encargos. Para suportar essas contingências trabalhistas, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R\$ 12.894. Essas ações são provenientes de reclamatórias de ex-colaboradores da CNO e EIT, na região de Salgueiro, Araripina, Serra Talhada, Petrolina e Arcoverde.

Outros processos

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 73.985, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações de cobrança de fornecedores contra a Aliança, ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho contra a Aliança, verbas rescisórias trabalhistas e execuções fiscais. Abaixo as principais causas:

- Ação Ordinária de cobrança na esfera cível, processo nº 1827150-11.2011.8.13.0024, em curso na 24ª Vara Cível da comarca de Belo Horizonte (MG), visa o ressarcimento de prejuízos decorrentes de descumprimentos de obrigações contratuais quanto ao pagamento das horas paradas. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2014 é no montante de R\$ 3.175 (R\$ 3.122 em 31 de dezembro de 2013).
- Autos de infração lavrados para cobrança de suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre execução de obras cíveis da construção da Ferrovia Transnordestina nos limites do município de Custódia-PE e de Sertânia - PE, geraram as Execuções Fiscais nº 0001396-16.2012.8.17.0560 e proc. nº 0001307-25.2012.8.17.1390. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 15.847 e R\$ 5.732 respectivamente (R\$ 13.877 e R\$ 5.020 em 31 de dezembro de 2013).
- Ação nº 1018602-28.2014.8.26.0100 de cobrança proposta contra a TLSA relacionada à execução das obras e serviços correspondentes à implantação da superestrutura do trecho da ferrovia Transnordestina entre as cidades de Missão Velha/CE até Salgueiro/PE. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 2.034 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2013).
- Execução Fiscal nº 0000397-49.2012.8.17.1470 ajuizada pelo Município de Terra Nova/PE, objetivando a cobrança de suposto crédito tributário de ISS. A Execução Fiscal encontra-se suspensa até o julgamento de Embargos à Execução nº 0000116-59.2013.8.17.1470, apresentado após a garantia da Execução Fiscal através da Carta de Fiança. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 2.545 (R\$ 2.229 em 31 de dezembro de 2013).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 38.470.556 ações nominativas, no valor de R\$ 2.682.671 (31.192.536 em 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 2.282.671), sendo 22.909.814 ações ordinárias (22.909.814 em 31 de dezembro de 2013) e 15.560.742 ações preferenciais (8.282.722 em 31 de dezembro de 2013), sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o capital social, subscrito e integralizado, está composto conforme abaixo:

	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2014 Total
Companhia Siderúrgica do Nacional - CSN	22.701.071	1.397.545	24.098.616
BNDES Participações - BNDESPAR	208.743	1.557.818	1.766.561
BNDES	-	2.189.729	2.189.729
FINAME	-	565.755	565.755
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	-	9.849.895	9.849.895
Total	22.909.814	15.560.742	38.470.556

	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2013 Total
Companhia Siderúrgica do Nacional - CSN	22.714.245	1.397.545	24.111.790
BNDES Participações - BNDESPAR	195.569	1.557.818	1.753.387
BNDES	-	2.189.729	2.189.729
FINAME	-	565.755	565.755
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	-	2.571.875	2.571.875
Total	22.909.814	8.282.722	31.192.536

continua...

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

A movimentação por ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ocorreu da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2014
Companhia Siderúrgica do Nacional - CSN	24.111.790	-	(13.174)	24.098.616
BNDES Participações - BNDESPAR	1.753.387	-	13.174	1.766.561
BNDES	2.189.729	-	-	2.189.729
FINAME	565.755	-	-	565.755
VALEC	2.571.875	7.278.020	-	9.849.895
Total	31.192.536	7.278.020	-	38.470.556

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2014, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 400.000 (quatrocentos milhões de reais), mediante a emissão de 7.278.020 (sete milhões, duzentos e setenta e oito mil e vinte) ações preferenciais da Classe “A”, nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$ 54,96 (cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos), correspondente ao valor patrimonial líquido de cada ação, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

b. Reservas

• Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

• Dividendos

Um montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos, sendo que não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, quando aplicável.

c. Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 conforme o quadro abaixo:

	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2014 Total	31/12/2013 Total
Prejuízo básico por ação				
Prejuízo do exercício	-	-	(43.825)	(158.058)
Quantidade de ações média ponderada durante o exercício	22.909.814	13.134.735	36.044.549	33.484.434
Resultado por ação - básico (por lote de mil ações)	-	-	(1,22)	(4,72)

	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2014 Total	31/12/2013 Total
Prejuízo diluído por ação				
Prejuízo utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	-	-	(43.825)	(158.058)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação (*)	22.909.814	13.134.735	36.044.549	33.484.434
Resultado por ação - diluído (por lote de mil ações)	-	-	(1,2159)	(4,7203)

(*) Instrumentos antidiluidores

Os instrumentos abaixo relacionados diminuem os prejuízos por ação básicos, por isso não foram incluídos no cálculo do prejuízo por ação diluído. Como consequência, a quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico.

	31/12/2014	31/12/2013
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a:		
Debêntures	30.491	25.206

17. RECEITA LÍQUIDA

Receita bruta

	31/12/2014	31/12/2013
Receita de serviços de transportes	-	50.590
Receita acessórias de serviços de transporte	-	2.311
Receita com direito de passagem	-	17.291
Receita com gestão patrimonial	-	3.611
Total da receita bruta	-	73.803

Deduções da receita bruta

ICMS	-	(6.430)
PIS	-	(1.246)
COFINS	-	(5.739)
ISS	-	(857)
Deduções e Abatimentos	-	(1.065)
	-	(15.337)
	-	58.465

Receita líquida dos serviços prestados

Composição do faturamento por cliente (base volume serviço faturado)

Clientes	31/12/2014	%	31/12/2013	%
Maior cliente	-	-	11.778	16
2º e 3º maiores clientes	-	-	15.549	21
Outros	-	-	46.476	63
Total	-	-	73.803	100

18. DESPESAS POR NATUREZA

Custos

	31/12/2014	31/12/2013
Folha de pagamento	-	(22.268)
Material	-	(18.074)
Serviço	-	(9.538)
Depreciação e amortização	-	(10.960)
Total dos custos	-	(60.840)

Despesas administrativas e gerais

Folha de pagamento	(14.779)	(8.471)
Material	(233)	(3.456)
Serviço	(3.235)	(4.450)
Depreciação e amortização	(2.189)	(2.186)
Total das despesas administrativas	(20.436)	(18.563)

Despesas com vendas

Folha de pagamento	-	(1.316)
Serviço	-	573
Depreciação e amortização	-	(59)
Total das despesas com vendas	-	(802)

Outras receitas (despesas) operacionais

Provisão para contingências	(5.644)	1.055
Despesas com arrendamento de bens	-	(41)
Despesas com concessão	-	(2)
Baixas de créditos não dedutíveis	-	(17)
Multas	(1.021)	(3.883)
Outras receitas e (despesas)	(48)	(13.984)
Depreciação e amortização	-	(2.645)
Recebimento de sinistro	-	15.716
Baixa de Ativo	(837)	(13.063)
Provisão para redução a valor recuperável	-	(279.296)
Provisão para perda de estoque	(456)	(251)
Total das outras despesas operacionais	(8.006)	(296.411)

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras		
Juros	-	77
Outros	3.725	6.640
	3.725	6.717

Despesas financeiras

Juros sobre empréstimos e financiamentos (a)	(16.242)	(12.462)
IOF (b)	(68)	(5.647)
Comissões de fianças bancárias	(2.109)	(4.664)
Outros	(689)	(2.788)
	(19.108)	(25.561)
	(15.383)	(18.844)

Resultado financeiro

(a) A variação entre os exercícios refere-se a estorno de juros, no primeiro semestre de 2013, decorrentes de empréstimos específicos do Projeto Nova Transnordestina, os quais eram passíveis de capitalização.

(b) Refere-se ao IOF sobre captação de recursos através de contratos de mútuos com partes relacionadas.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e 13 os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados. O saldo remanescente no resultado refere-se a financiamentos obtidos de terceiros não relacionados com imobilizado e para capital de giro referente a obras já encerradas.

20. ACORDO DE CONCESSÃO

A prestação dos serviços ferroviários de que trata o contrato de concessão celebrado em 22 de janeiro de 2014 será realizada com a utilização de ativos cuja construção se encontra em andamento e sendo executada com recursos próprios da Companhia e da União, conforme Acordo de Investimento celebrado entre os acionistas (ver nota explicativa nº 1). Desta forma, durante o período de obras do “Projeto Nova Transnordestina”, haverá utilização de bens alugados ou pertencentes à Companhia e, posteriormente, após a liberação dos trechos pelo Poder Concedente, estes passarão à condição de arrendados.

A concessionária competirá a obrigação de execução das obras de implantação dos trechos ferroviários, bem como obter os financiamentos necessários à execução do objeto contratual da concessão. Não há previsão para cobrança, pelo Poder Concedente, de contrapartida financeira sobre a concessão do direito de exploração de serviço público de transporte ferroviário de cargas à Companhia.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	31/12/2014	31/12/2013
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	128.839	116.505
Total	128.839	116.505

Passivos financeiros

	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	31/12/2014 Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	651.337	20.860	17.198	43.620	192.302	377.357
Debêntures	3.504.263	-	5.400	5.400	355.826	3.137.637
Mútuo	249.607	130.418	14.936	104.253	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	64.379	64.379	-	-	-	-
Total	4.469.586	215.657	37.534	153.273	548.128	3.514.994

	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	31/12/2013 Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	618.892	7.264	8.305	52.619	254.034	296.670
Debêntures	2.581.799	155.740	98.366	295.099	885.296	1.147.298
Mútuo	372.125	34.623	42.247	295.255	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	41.839	41.839	-	-	-	-
Total	3.614.655	239.466	148.918	642.973	1.139.330	1.443.968

b. Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo

Aplicações financeiras

Para as aplicações financeiras, mantidas até o vencimento o valor foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2014 pelo custo amortizado, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamentos. Dessa forma a Companhia entende que os valores contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo desses instrumentos passivos está registrado contra o resultado.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

O valor justo dos instrumentos financeiros é idêntico ao valor contábil desta forma a Companhia optou por não divulgar o quadro comparativo.

c. Riscos operacionais

Com a cisão dos ativos e passivos operacionais referentes à Malha I (ver nota explicativa nº 4), a Companhia se encontra em fase pré-operacional, com o início das operações previsto para janeiro de 2017. Neste período, poderá estar sujeita ao aumento nos custos operacionais, como energia elétrica e combustível, de forma desproporcional ao aumento dos preços de venda que espera praticar no fechamento de contratos com seus clientes.

Como ferramenta de controle, a Administração elabora orçamento anual e plurianual, bem como revisa periodicamente as premissas adotadas na elaboração do plano de negócios, de modo a identificar antecipadamente situações que possam impactar negativamente em suas operações, bem como adotar medidas preventivas que lhe permitam assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia em curto, médio e longo prazo.

d. Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro nota explicativa nº 21 (a).

e. Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

f. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre empréstimos e sobre as aplicações financeiras atreladas a essa taxa e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	31/12/2014	31/12/2013
Ativos em CDI	637.984	311.388
Passivo em CDI	249.607	372.125
Passivos em TJLP	3.801.086	2.861.082

Para fins de atendimento à Deliberação nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 100% do CDI à taxa de 10,77% a.a. e com 102% à taxa de 10,99% a.a. e TJLP à taxa de 5,00% a.a., (ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme cenário demonstrado acima:

	Risco	Cenário 1 (provável)	Cenário 2 (variação de 25%)	Cenário 3 (variação de 50%)
Variação positiva				
Transação				
Empréstimo em TJLP	3.801.086	TJLP a 5% (190.054)	TJLP a 3,75% (142.541)	TJLP a 2,5% (95.027)
Despesa financeira				
Empréstimo em CDI	249.607	CDI a 10,99% (27.432)	CDI a 13,74% (34.296)	CDI a 16,49% (41.148)
Despesa financeira				
Aplicações Financeiras em CDI	637.984	CDI a 10,77% 68.711	CDI a 13,46% 85.873	CDI a 16,16% 103.098
Receita financeira				

continua...

...continuação

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Variação negativa	Risco	Cenário 1 (provável)	Cenário 2 (variação de 25%)	Cenário 3 (variação de 50%)
Transação				
Empréstimo em TJLP	3.801.086	TJLP a 5% (190.054)	TJLP a 6,25% (237.568)	TJLP a 7,5% (285.081)
Despesa financeira				
Empréstimo em CDI	249.607	CDI a 10,99% (27.432)	CDI a 8,24% (20.574)	CDI a 5,50% (13.716)
Despesa financeira				
Aplicações Financeiras em CDI	637.984	CDI a 10,77% (68.711)	CDI a 8,08% (51.549)	CDI a 5,39% (34.387)
Receita financeira				

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes, pela sua Administração, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro 2014, a Companhia possui cobertura de seguros contra responsabilidade civil, com o limite máximo de indenização de R\$ 50.000 com vigência: 11 de outubro de 2012 a 31 de dezembro de 2015 e seguro para obras civis com o limite máximo de indenizações de R\$ 1.000.000 e sublimite para danos da natureza de R\$ 50.000, com vigência até dezembro de 2015.

23. COMPROMISSOS FUTUROS

Tendo em vista a previsão de início das operações comerciais da ferrovia Nova Transnordestina para janeiro de 2017, a Administração da Companhia vem envidando esforços no sentido de firmar contratos de longo prazo junto aos potenciais clientes. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía aproximadamente R\$ 600 milhões em contratos já assinados para prestação de serviços futuros, bem como, um Memorando de Entendimento, em vista a transportar minério cujo volume poderá atingir 15MM/ton. ano.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

	31/12/2014
Integralização de AFAC	400.000
Encargos capitalizados (financiamentos)	32.897
Encargos capitalizados (debêntures)	126.446
Encargos capitalizados (mútuo)	24.571
Rendimentos capitalizados	(46.599)
Reconhecimento de provisão para riscos capitalizada	9.897
Apropriações de despesas antecipadas de seguros capitalizadas	5.490
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	(3.536)

DIRETORIA

Ricardo Fernandes Diretor de Finanças e Administração	Edison Pinto Coelho Diretor de Planejamento e Engenharia
---	--

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Yoshiaki Nakano Conselheiro	Arno Schwarz Conselheiro
Raquel de Souza Lima Conselheira	Luiz Carlos de Almeida Júnior Conselheiro
Benjamim Steinbruch Conselheiro	Marília Dalva Costa Vieira Conselheira

Fernando Botelho Assunção – CRC CE nº 023494/O-4 – Contador Responsável

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Transnordestina Logística S.A. - Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Transnordestina Logística S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia após a cisão parcial de seus ativos para a FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., encontra-se em fase de construção do Projeto Nova Transnordestina. Este projeto depende de recursos de seus acionistas e de terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 10 de março de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 “F” CE

Ruti Amaral Ramos Bomfim

Contadora

CRC 1RJ 048.044/O-8 “T” BA

Deloitte.

DN – 9COL (25cm) x 15cm – Pag. 7

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO - DIÁRIO NORDESTE E DIÁRIO OFICIAL CEARÁ: ATÉ 12H DA ANTEVÉSPERA DA PUBLICAÇÃO

pefran

11 3885.9696

[27579]-csn_legal_bal_Anual_TRANSNORDESTINA_DNORD.indd 7

30/03/15 13:54

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

(Companhia aberta)
CNPJ n.º 02.281.836/0001-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

A Transnordestina Logística S.A. (TLSA) - é uma empresa privada cujo controle é exercido de forma compartilhada pelos acionistas: Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., BNDES, BNDES Participações - BNDESPAR e FINAME. A TLSA foi criada originalmente com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A. (CFN), em 1º de janeiro de 1998, incorporando os ativos existentes e o direito de concessão malha ferroviária da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA). A mudança da razão social de CFN para TLSA ocorreu em 2008.

Em 27.12.2013 foi aprovada pelos acionistas da TLSA a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga da Malha Nordeste (composta por Malha I e Malha II) e a cisão parcial da TLSA, sendo sua parte cindida incorporada pela Ferrovia Transnordestina Logística S.A. - FTL. A cisão faz parte da proposta de segregação de ativos e passivos da Malha I, que compreende os trechos ferroviários São Luiz - Mucuri, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife, adquirida na privatização da RFFSA, e da Malha II, que compreende os trechos ferroviários Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém, que compreende a construção da nova ferrovia Nova Transnordestina (expansão da Malha Nordeste).

A autorização da cisão pela ANTT ocorreu em 22.02.2013, no âmbito do Acordo de Investimentos, assinado em setembro de 2013, feito pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (controladora da Incorporadora e da Cindida), Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, FDNE, através das resoluções nº 4.041/2013 e nº 4.042/2013 e da deliberação nº 37/2013. Em janeiro de 2014 foi assinado o contrato de concessão entre a União (ANTT) e a companhia para exploração e desenvolvimento do serviço público do transporte ferroviário de cargas na malha nordeste até o ano de 2057.

A TLSA continua empreendendo esforços e investimentos na construção do Projeto Nova Transnordestina. Esta malha ligará Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), totalizando 1.753 km e um investimento orçado de R\$ 7,5 bilhões. Está sendo construída com bitolas larga e mista, com rampa máxima compensada de 0,6% sentido exportação, rampa máxima compensada de 1,0% sentido importação e raio mínimo de curva de 400 metros. O projeto visa à maximização dos recursos e minimização do tempo de implantação, assim como a garantia de serviços logísticos de alta qualidade e baixo custo. Contempla também a instalação de terminais portuários de exportação de grãos sólidos, implantados estrategicamente próximos aos principais mercados consumidores e em portos capazes de operar com navios cape size, o que garantirá a competitividade do negócio.

O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária, estando em fase de análise pelos órgãos responsáveis, onde estima-se um novo valor por trecho, assim composto: Missão Velha - Salgueiro montante de R\$ 0,4 bilhão, Salgueiro - Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade - Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha - Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro - Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões.

A concessão para prestação de serviços ferroviários da TLSA foi prorrogada por mais 30 anos, encerrando-se em 2057.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados de 2014.

As demonstrações financeiras foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Neste ano de 2014 compete destacar:

- Com a incorporação de sua parte cindida em 27.12.2013 pela Ferrovia Transnordestina Logística S.A. - FTL a TLSA fica responsável pelos investimentos na construção do Projeto Nova Transnordestina, caracterizando-se por ser uma empresa em fase pré-operacional.

INVESTIMENTOS

As obras de implantação da Ferrovia Nova Transnordestina avançam em conformidade com as negociações que estão sendo realizadas entre a Concessionária e o Governo Federal. São destaques: a assinatura pela Companhia da ordem de serviço para a contratada Civilport Engenharia Ltda. executar as obras nos lotes EMT01 ao EMT05, situados no trecho de Eliseu Martins (PI) até Trindade (PE), assinado também o contrato de empreitada com a Via Magna Construções e Empreendimentos Ltda., para executar as obras nos lotes EMT06 e EMT07, situados no trecho Eliseu Martins (PI) até Trindade (PE), além disso, foi realizada contratação para conclusão do Túnel localizado na cidade de Arcoverde (PE), no lote SPS 05, situado no trecho Salgueiro (PE) até Suape (PE), dando continuidade à implantação do projeto e o avanço da montagem de grade em Salgueiro - Missão Velha, Salgueiro - Trindade e Salgueiro - Suape, totalizando aproximadamente 518km de grade ferroviária montada. Neste ano, ainda, foi assinado o contrato junto à Construtora Marquise, para execução das obras nos lotes MVP 01 ao MVP 03, situada no trecho Missão Velha (CE) até Pecém (CE).

Somente no Projeto Nova Transnordestina foram investidos em 2014 R\$ 512,4 mi e no ano de 2013 R\$ 824,8 mi.

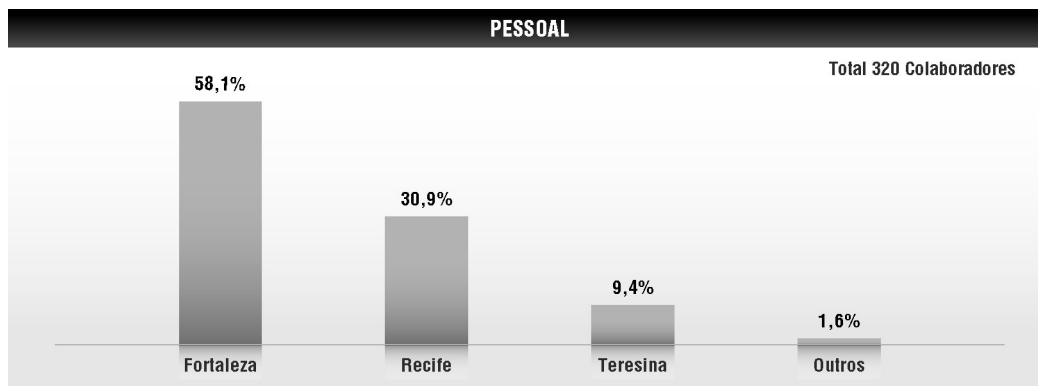
Para melhor entendimento destacamos o andamento da Obra em cada trecho do Projeto:

- As obras do trecho Missão Velha/CE - Salgueiro/PE, com extensão de 96 km, foram iniciadas em julho/06. As obras neste trecho encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação da via estão sendo realizados, atualmente;
- As obras do trecho Salgueiro-Trindade, com extensão de 163 km, foram iniciadas em fevereiro/2009. As obras avançam na parte de Infraestrutura, OAE (Obras de Artes Especiais) e Superestrutura, apresentando avanços de 99%, 99% e 99%, respectivamente. Já em fase de conclusão.
- As obras do trecho Eliseu Martins/PI - Trindade/PE, com extensão de 423 km, foram executadas nos lotes EMT 01, 02, 05, 06 e 07, e representam um avanço total de 46% de infraestrutura, 38% de OAE e 9% de Superestrutura;
- As obras do trecho Salgueiro/PE - Porto de Suape/PE, com extensão de 544 km, têm 306 km com obras iniciadas, correspondendo aos lotes de Projeto: SPS-01 ao SPS-05, com avanços representativos na infraestrutura. Os lotes 01, 02 e 03 encontram-se em processo de conclusão serviços, restando apenas serviços finais de acabamento (drenagem e hidrossemeadura). No SPS 05 podemos destacar a obra do Túnel de Arcoverde;
- Os trilhos que serão utilizados nos trechos de: Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Salgueiro - Porto de Suape e Eliseu Martins - Trindade, totalizam aproximadamente 167 mil toneladas, destas, 133 mil toneladas foram recebidas através do Porto do Mucuri-CE e 34 mil toneladas foram recebidas através do Porto de Recife-PE.

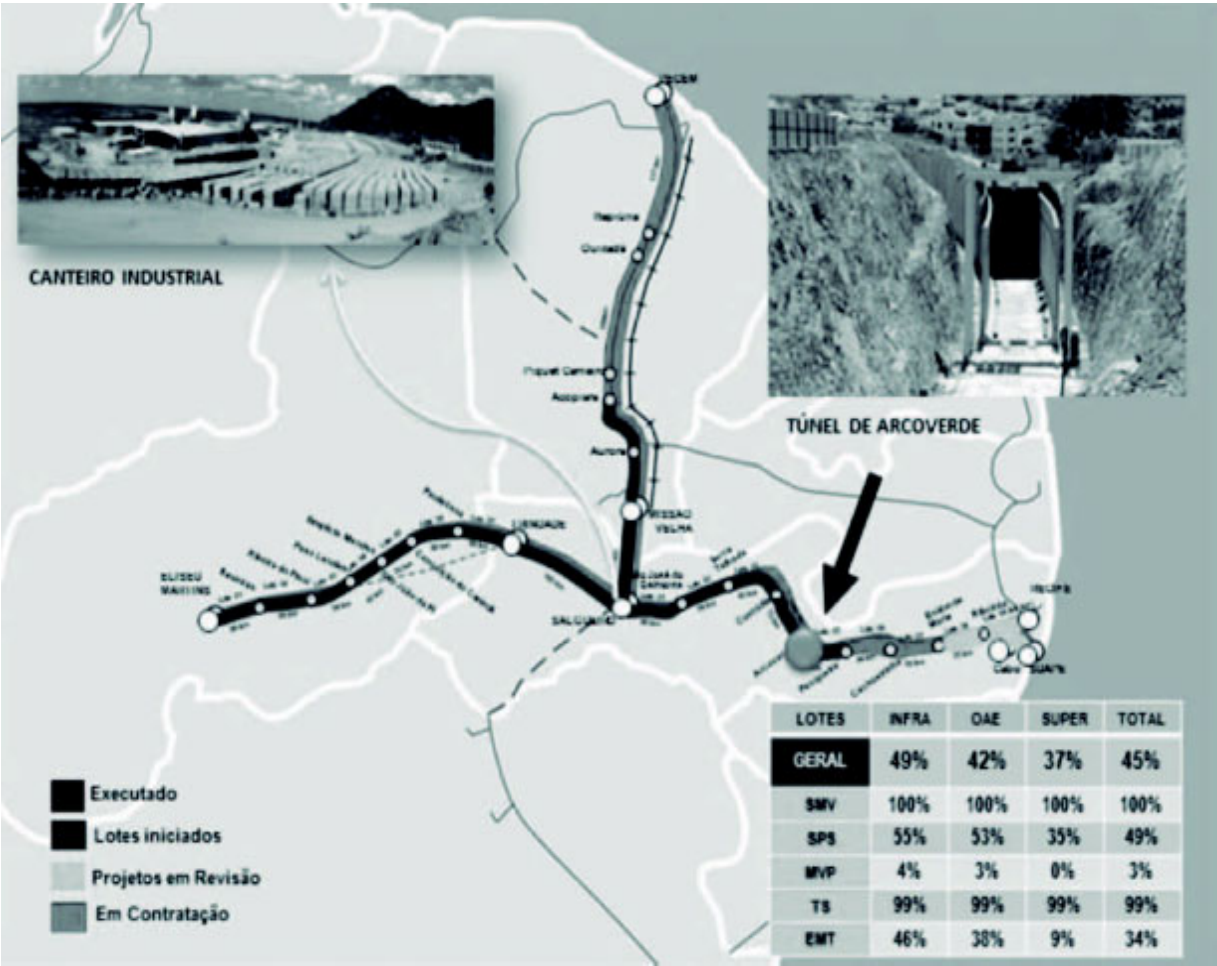
O investimento acumulado no projeto Nova Transnordestina é de R\$ 5,268 bilhões.

No sumário executivo abaixo visualizamos o estágio atual das obras da Ferrovia Nova Transnordestina, referente ao ano de 2014.

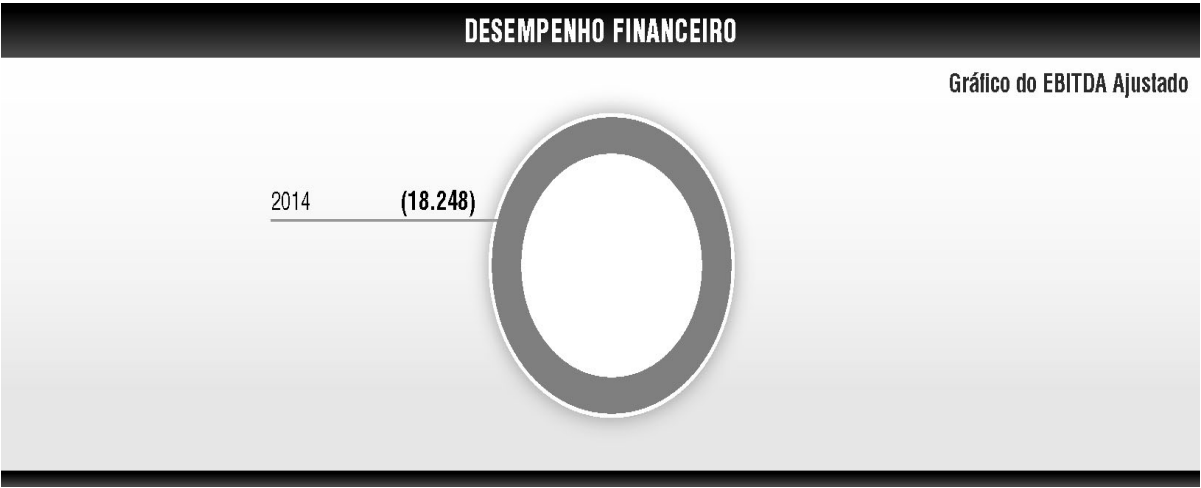
PESSOAL



O número de colaboradores em 2014 foi de 320 pessoas.



DESEMPENHO FINANCEIRO



Em R\$ mil

Prejuízo líquido do exercício
(+) Tributos sobre o lucro
(+) Despesas financeiras líquidas das receitas financeiras
(+) Depreciações, amortizações e exaustões
LAJIDA (EBITDA)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado) (*)

2014

(43.825)
-
15.383
2.188
(26.254)
8.006
(18.248)

(*)A Companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.
O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R\$ 18.248 mil negativos em 2014.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Os auditores só prestaram serviços de auditoria externa.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$ mil)

Ativos	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013	Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	5	511.586	195.830	Fornecedores	12	57.419	32.550
Estoques	7	298	812	Empréstimos e financiamentos	13	34.558	15.569
Impostos a recuperar	8	612	10.086	Impostos e contribuições a recolher		12.169	14.346
Despesas antecipadas	9	4.723	10.605	Partes relacionadas	10	145.354	76.870
Outras contas a receber		8.466	763	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	13.905	-
Total dos ativos circulantes		525.685	218.096	Outras contas a pagar		6.960	9.289
Não circulantes				Debêntures	14	1.499	957
Aplicações financeiras	6	128.839	116.505	Total dos passivos circulantes		271.864	149.581
Partes relacionadas	10	11.475	-	Não circulantes			
Depósitos judiciais	15	14.840	3.606	Empréstimos e financiamentos	13	616.779	603.323
Impostos a recuperar	8	123.146	109.169	Debêntures	14	3.502.764	2.580.842
Imobilizado	11	5.757.372	5.087.629	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	-	1.900
Intangível		7.939	10.128	Partes relacionadas	10	104.253	295.255
Total dos ativos não circulantes		6.043.611	5.327.037	Adiantamento para futuro aumento do capital	10	3.229	200.000
				Total dos passivos não circulantes		4.227.025	3.681.320
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16	2.682.671	2.282.671
				Prejuízos acumulados		(612.264)	(568.439)
				Total do patrimônio líquido		2.070.407	1.714.232
Total dos ativos		6.569.296	5.545.133	Total dos passivos e patrimônio líquido		6.569.296	5.545.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Receita líquida de serviços	17	-	58.465
Custos dos serviços prestados	18	-	(60.840)
Prejuízo bruto		-	(2.375)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	18	(20.436)	(18.563)
Despesas com vendas	18	-	(802)
Outras despesas operacionais, líquidas	18	(8.006)	(296.411)
Resultado antes do resultado financeiro		(28.442)	(318.151)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	3.725	6.717
Despesas financeiras	19	(19.108)	(25.561)
		(15.383)	(18.844)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(43.825)	(336.995)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	178.937
Prejuízo do exercício		(43.825)	(158.058)
Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações	16c	(1,2159)	(4,7203)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo do exercício	(43.825)	(158.058)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(43.825)	(158.058)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas	3.337	89.338
Vendas de serviços	-	72.738
Outras receitas	3.337	15.758
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	842
Insumos adquiridos de terceiros	(14.063)	(342.373)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(256)	(18.778)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.806)	(9.939)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(279.296)
Outras - materiais de consumo		
Administrativo/Comercial e outros	(12.001)	(34.360)
Valor adicionado bruto	(10.726)	(253.035)
Depreciação, amortização e exaustão	(2.189)	(15.850)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(12.915)	(268.885)
Valor adicionado recebido em transferência	3.725	6.717
Receitas financeiras	3.725	6.717
Valor adicionado total a distribuir	(9.190)	(262.168)
Distribuição do valor adicionado	(9.190)	(262.168)
Pessoal	13.708	30.825
Remuneração direta	7.026	20.971
Benefícios	6.112	8.479
FGTS	570	1.375
INSS (incluindo SAT)	-	-
Impostos, taxas e contribuições	2.596	(156.259)
Federais	2.116	(163.546)
Estaduais	480	6.430
Municipais	-	857
Remuneração de capitais de terceiros	18.331	21.324
Juros	16.242	14.715
Aluguéis	-	1.408
Outras	2.089	5.201
Remuneração de capitais próprios	(43.825)	(158.058)
Prejuízo do exercício	(43.825)	(158.058)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota				Nota			
	Explicativa	31/12/2014	31/12/2013		Explicativa	31/12/2014	31/12/2013	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Prejuízo do exercício		(43.825)	(158.058)	Aplicação financeira		34.265	22.908	
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:				Aquisição de imobilizado e intangível	11	(520.577)	(575.672)	
Depreciações e amortizações	18	2.189	15.850	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(486.312)	(552.764)	
Provisão para perda de estoques		456	251	Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Variações monetárias e juros - líquido	13	16.242	22.773	Recebimento na emissão de ações preferenciais		-	5.424	
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	5.644	1.055	Captação de AFAC com acionistas		203.229	234.526	
Apropriação de receita diferida		-	(508)	Obtenção de financiamentos com partes relacionadas		37.024	292.389	
Reversão da provisão de juros de mútuo - capitalização		-	(10.380)	Obtenção de financiamentos com BNB FNE	13	26.648	24.518	
Ganhos ou perdas na baixa de ativo imobilizado - sinistro		-	(2.653)	Obtenção de financiamentos com ITAÚ-FINAME		-	2.323	
Baixa de custo de transação de empréstimo	13	(265)	2.338	Obtenção de financiamentos Banco do Brasil		-	970	
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	(841)	Emissão de debêntures conversíveis	14	800.000	650.000	
Rendimentos de aplicação financeira		-	(77)	Amortização de financiamentos com o BNDES		-	(22.598)	
Provisão para redução ao valor recuperável		-	279.296	Amortização de financiamentos com o BNB-FNE	13	(10.714)	(5.357)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	(178.937)	Amortização de financiamentos com partes relacionadas		(169.894)	(112.554)	
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:				Amortização de financiamentos com a FINAME	13	(1.092)	-	
Contas a receber de clientes e outros créditos		-	2.652	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		885.201	1.069.641	
Estoques		58	1.010	Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		315.756	157.321	
Depósitos judiciais		(11.234)	(3.083)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		195.830	39.195	
Impostos a recuperar		(4.503)	18	Efeito da cisão parcial sobre o saldo de caixa		-	(686)	
Outras contas a receber		(7.703)	(23.904)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		511.586	195.830	
Despesas antecipadas		392	1.949	Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		315.756	157.321	
Partes relacionadas		(11.475)	-					
Fornecedores		24.869	(257.075)					
Adiantamento de clientes		-	118					
Outras contas a pagar		(2.329)	9.275					
Impostos e contribuições a recolher		(6.290)	(4.174)					
Juros pagos		(45.359)	(55.166)					
Contingências		-	(1.285)					
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(83.133)	(359.556)					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota	Capital	Prejuízos	Total
	explicativa	social	acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2012		2.317.722	(410.381)	1.907.341
Aumento de capital		158.399	-	158.399
Redução de capital por cisão parcial	4	(193.450)	-	(193.450)
Prejuízo do exercício		-	(158.058)	(158.058)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		2.282.671	(568.439)	1.714.232
Aumento de capital	16	400.000	-	400.000
Prejuízo do exercício		-	(43.825)	(43.825)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		2.682.671	(612.264)	2.070.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Transnordestina Logística S.A. (Companhia) tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

Em 31 de dezembro de 1997, foi assinado o contrato de concessão entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, por um período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A Malha Nordeste engloba 7 (sete) Estados da Federação, desde a divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas até o Estado do Maranhão, com uma extensão total de 4.534 km, conforme Edital PND/A-02/97/RFFSA do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Os bens da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) também foram arrendados pela Companhia em 31 de dezembro de 1997, conforme contrato nº 071/97, pelo prazo de 30 anos, prorrogável por igual período, ver nota explicativa nº 20, acordo de concessão.

Em 25 de novembro de 2005, a Companhia e seus acionistas, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Taquari Participações S.A., em conjunto com os órgãos da administração pública: União Federal, Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) - (atual SUDENE), Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDESPAR firmaram protocolo de intenções para realização de projeto de infraestrutura denominado "Projeto Nova Transnordestina".

A nova ferrovia, com extensão de 1.753 km, ligará o terminal ferroviário, em Eliseu Martins (PI) aos dois modernos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando pela cidade de Salgueiro (PE). A Transnordestina Logística S.A. entende que este será um projeto estruturante que permitirá aumentar a competitividade de diversas cadeias produtivas localizadas ao longo da ferrovia.

Em 2006 iniciaram-se as obras no trecho Missão Velha (CE) a Salgueiro (PE) e em 2009 iniciaram-se as obras no trecho Salgueiro (PE) a Trindade (PE).

Em 11 de janeiro de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM concedeu à Transnordestina Logística S.A., registro inicial de companhia aberta. A abertura de capital foi necessária para fins de observância a exigência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, quando da aprovação da incorporação da Companhia Transnordestina pela então Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, anterior razão social da Transnordestina Logística S.A.

Em 22 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela ANTT, através da Resolução 4.042, a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, e a cisão da concessionária Transnordestina Logística S.A. com a consequente constituição de duas companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste, composta pelos trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II). Adicionalmente, nesta mesma Resolução, a ANTT considera que o prazo original da concessão é insuficiente para amortizar os investimentos a serem feitos para viabilização das obras dos novos ramais da malha nordeste, implicando a necessidade de prorrogação do prazo original da concessão, dentro das limitações previstas no contrato de concessão original.

Em 20 de setembro de 2013 a Companhia assinou Acordo de Investimentos juntamente aos acionistas e órgãos financiadores, cujo orçamento vigente para este projeto é de R\$ 7,542 bilhões (em substituição aos R\$ 5,422 bilhões), sendo, R\$ 1,888 bilhões provenientes do acionista controlador, R\$ 230 milhões do acionista VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (empresa pública controlada pelo Governo Federal), R\$ 1,143 bilhões de aumento de capital com recursos do FINOR - Fundo do Investimento do Nordeste, R\$ 180 milhões referente a empréstimo com recursos do FNE, R\$ 225 milhões de recursos a título de empréstimos, provenientes do BNDES e R\$ 3,876 bilhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE. Até 31 de dezembro de 2014 foram investidos no projeto o montante de R\$ 5,241 bilhões (R\$ 4,605 bilhões em 31 de dezembro de 2013), recursos oriundos das seguintes fontes: FINOR R\$ 354 milhões, FNE R\$ 153 milhões, FDNE R\$ 2,630 bilhões, BNDES R\$ 225 milhões, VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. R\$ 559 milhões e recursos da controladora R\$ 1,319 bilhões.

O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária, estando em fase de análise pelos órgãos responsáveis, onde estima-se um novo valor por trecho, assim composto: Missão Velha - Salgueiro montante de R\$ 0,4 bilhão, Salgueiro - Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade - Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha - Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro - Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões.

Conforme o Acordo de Investimentos, à CSN caberá a responsabilidade de aportar recursos extraordinários, se houver necessidades de investimentos que ultrapassem o orçamento acordado, em troca de contrato de uso da via permanente.

Em 27 de dezembro de 2013 foi aprovada pelos acionistas da Companhia a cisão parcial dos ativos e passivos referentes à Malha I, tendo sido incorporados pela FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (ver detalhes na nota explicativa nº 4).

Em 22 de janeiro de 2014, foi assinado o contrato de concessão entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres, e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, até o ano de 2057, referente aos trechos que compõem a Malha II, englobando 3 (três) Estados da Federação, com uma extensão total de 1.753 km.

Em 11 de março de 2014 foi assinada pela Companhia a ordem de serviço para a contratada Civilport Engenharia Ltda. executar as obras nos lotes EMT01 ao EMT05, situados no trecho de Eliseu Martins (PI) até Trindade (PE).

Em 28 de agosto de 2014 foi assinada pela Companhia a ordem de serviço para a contratada Via Magna Construções e Empreendimentos Ltda. executar as obras nos lotes EMT06 e EMT07, situados no trecho de Eliseu Martins (PI) até Trindade (PE).

Em 03 de novembro de 2014 foi assinada pela Companhia a ordem de serviço para a contratada Construtora Marquise S.A. executar as obras nos lotes MVP01 ao MVP03, situados no trecho de Missão Velha (CE) até o Porto de Pecém (CE), dando continuidade à implantação do projeto.

Em 31 de dezembro de 2014, o estágio das obras nos trechos da Malha II apresentava o seguinte avanço, por trecho: Salgueiro (PE) - Missão Velha (CE) - extensão total de 96 quilômetros com avanço de 100% (concluído), Salgueiro (PE) - Trindade (PI) - extensão total de 163 quilômetros com avanço de 99%, Eliseu Martins (PI) - Trindade (PI) - extensão total de 423 quilômetros com avanço de 34%, Salgueiro

(PE) - Porto de Suape (PE) - extensão total de 544 quilômetros, com avanço de 49% e Missão Velha (CE) - Pecém (CE) - extensão total de 527 quilômetros com avanço de 3%.

Continuidade operacional

Em decorrência da cisão, a Companhia passou a estar em fase pré-operacional, devendo assim permanecer até a conclusão da Malha II, prevista para janeiro de 2017, quando então iniciará sua operação. O Projeto Transnordestina conta com recursos de seus acionistas, e está sendo executado em conformidade com o acordo de investimento celebrado entre os acionistas da Companhia, em 20 de setembro de 2013.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras incluem as demonstrações financeiras da Companhia preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para conclusão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 10 de março de 2015.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 11 - Valor residual do ativo imobilizado, incluindo a análise de recuperabilidade (*Impairment*).

Nota 15 - Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo, quando existentes, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar

o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais finalizadas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores, debêntures e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham de ser pagos à vista e que

façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos que sejam discricionários. Dividendos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Ações preferenciais são classificadas no passivo como instrumento financeiro de dívida se forem resgatáveis em uma data específica, ou quando a opção de resgate está com o detentor do título. Nestes casos, os dividendos pagos serão reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

c. Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear fundamentado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: Custos de aquisição de *softwares*: 5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i. Receita operacional

Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

j. Arrendamentos

i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante

o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e

b. O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os juros são capitalizados quando qualificam o imobilizado.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

Impacto de novas legislações

Medida Provisória nº 627/2013 ("MP 627")

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a MP 627 que modifica de forma relevante as regras tributárias do Imposto de Renda e da Contribuição Social, dentre outras. Os dispositivos da MP 627 entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano calendário de 2014.

Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, em especial no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a MP 627, a Lei nº 12.973 não impôs a opção antecipada de seus efeitos para o ano-calendário de 2014 como condição para eliminar efeitos fiscais relacionados às diferenças decorrentes da aplicação dos métodos e critérios contábeis atuais e aqueles vigentes em 31 de dezembro de 2007 para os itens acima, facultando às empresas a possibilidade de antecipação dos efeitos da norma de acordo com os interesses de cada contribuinte.

A Administração analisou os impactos tributários que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973, conversão da MP 627, e concluiu que não houve distribuição de dividendos e/ou juros de capital próprio superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, a Administração avalia que não haverá encargos tributários adicionais em relação à distribuição de lucros nos últimos 5 anos. A Administração não optou pela aplicação antecipada das disposições da Lei nº 12.973.

m. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

n. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 9	“Instrumentos Financeiros”. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável.	2018
IFRS 15	“Receita de contratos com clientes”. Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma substitui a IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18-Receitas e correspondentes interpretações.	2017
Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Empresa espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.		
o. IFRIC 12 - Service Concessions Agreements (Contratos de Serviço de Concessão)		
Conforme a interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, sobre a IFRIC 12 - Service Concessions Agreements, para que um contrato de concessão seja aderente a IFRIC 12 é necessário o atendimento de todos os seguintes critérios: i) regulamentação e controle da concessionária pela concedente; ii) determinação de preço; e iii) determinação dos clientes aos quais serão destinados os serviços. O contrato de concessão da Companhia não especifica a quem serão destinados os serviços e não determina os preços, apenas limites máximos, o que proporciona uma margem significativa para negociações comerciais.		
Com base no confronto realizado entre os critérios para enquadramento a IFRIC 12 - Service Concessions Agreements e o Contrato de Concessão para Exploração e Desenvolvimento do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Carga na Malha Nordeste, a Administração da Companhia entende que a adoção da IFRIC 12 não é aplicável.		
4. CISÃO PARCIAL SEGUIDA DE INCORPORAÇÃO		
Em assembleia geral extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2013 (Data do Evento), foi aprovado por unanimidade dos acionistas da Companhia, o Protocolo de Cisão Parcial seguido de Incorporação da Parcela Cindida pela FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL), sociedade ligada da Companhia.		
A cisão fez parte de uma proposta de reorganização de negócios envolvendo a Companhia e a FTL nos termos das Resoluções ANTT nº 4.041/2013 e 4.042/2013 e da Deliberação ANTT nº 37/2013, e no âmbito do Acordo de Investimentos celebrado por Companhia Siderúrgica Nacional, VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, tendo por objetivo a segregação da quase totalidade dos ativos ligados à Malha I (que compreende os trechos ferroviários entre as cidades de São Luís a Mucuripe, Arrojado a Recife, Itabaiana a Cabedelo e Paula Cavalcante a Macau) (“Parcela Cindida”) e a incorporação da Parcela Cindida pela Incorporadora, viabilizando a criação de adequada estrutura de acompanhamento e fiscalização dos órgãos públicos em relação aos ativos e passivos ligados à Malha II (que compreende os trechos ferroviários entre as cidades de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém) e teve a sua implementação na forma do disposto no Protocolo de Cisão Parcial seguida de Incorporação (“Protocolo”), firmado em 05 de dezembro de 2013 entre os administradores da Incorporadora e da Companhia, assim como das Justificações apresentadas pelas respectivas administrações da Incorporadora e da Companhia (“Justificações”).		
Em decorrência da cisão, o patrimônio líquido da Companhia foi reduzido em R\$ 193.450, sendo a referida redução integralmente destinada à conta de capital social, com o cancelamento de 3.513.739 ações ordinárias, em montante equivalente ao valor do acervo patrimonial levantado, tomando-se por base os registros contábeis, tal como refletidos nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, levantadas especialmente para este fim em 30 de novembro de 2013 (Data-base). O acervo compreendeu aqueles bens e direitos arrolados e identificados no competente laudo de avaliação preparado pelos peritos nomeados pelos acionistas da Companhia.		
Está demonstrada a seguir a posição do acervo patrimonial levantado na Data-base do laudo de avaliação:		
Acervo patrimonial em 30/11/2013		
Ativos circulantes		
Caixa e equivalentes de caixa	686	
Contas a receber de clientes e outros créditos	4.231	
Estoques	18.484	
Impostos a recuperar	7.016	
Outras contas a receber	581	
	30.998	
Ativos não circulantes		
Contas a receber de clientes e outros créditos	2.338	
Partes relacionadas	178.937	
Depósitos judiciais	14.442	
Impostos a recuperar	11.596	
Imobilizado	174.973	
	382.286	
Total dos ativos	413.284	
Passivos circulantes		
Fornecedores	22.710	
Empréstimos e financiamentos	25.662	
Impostos e contribuições a recolher	4.681	
Partes relacionadas	7.486	
Outras contas a pagar	7.632	
Adiantamento de clientes	1.842	
	70.013	
Passivos não circulantes		
Empréstimos e financiamentos	100.528	
Receita diferida	6.799	
Provisões para riscos cíveis, fiscais, tributários e cíveis	32.190	
Partes relacionadas	5.958	
Outras contas a pagar	1.533	
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.813	
	149.821	
Total dos passivos	219.834	
Patrimônio líquido contábil	193.450	
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	2.441	947
Aplicações financeiras	509.145	194.883
Total	511.586	195.830
As aplicações financeiras, são de liquidez imediata, referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remunerados a taxas que variam de 75% a 101% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2014.		
Não existem recursos mantidos em caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para utilização pela Companhia, assim como, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa e, portanto, esses saldos foram considerados para fins de demonstração de fluxo de caixa.		
6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
As aplicações financeiras no montante de R\$ 128.839 (R\$ 116.505 em 31 de dezembro de 2013), referem-se aos fundos de liquidez do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.		
As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante serão resgatadas ao final do contrato nos anos de 2027 e 2028, respectivamente, e remuneradas a uma taxa de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).		
7. ESTOQUES		
	31/12/2014	31/12/2013
Almoxarifado	298	812
Total	298	812
8. IMPOSTOS A RECUPERAR		
	31/12/2014	31/12/2013
ICMS	29.802	29.131
ICMS sobre ativo imobilizado	52.242	52.932
COFINS	12.137	9.915
COFINS sobre ativo imobilizado	10.353	12.185
PIS	2.775	2.289
PIS sobre ativo imobilizado	2.319	2.717
IRPJ sobre aplicação financeira	13.518	9.449
Outros	612	637
Total	123.758	119.255
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado		
Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente do Projeto Nova Transnordestina, conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia vem gerando créditos de ICMS. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação.		
PIS e COFINS a recuperar		
Trata-se de créditos de PIS e COFINS calculados sobre o valor das aquisições de ativo imobilizado. O custo das aquisições é contabilizado		

pelo valor líquido de tais créditos. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação, através da compensação com obrigações de mesma natureza na proporção de 1/12 por mês, conforme opção permitida pela Lei nº 10.865/04.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros, sendo a parte da operação atual apropriada mensalmente ao resultado, e a parte referente ao Projeto Nova Transnordestina capitalizada.

Tratam-se de despesas com seguros de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil referente à obra de construção da nova ferrovia denominada Nova Transnordestina, bem como, de seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia.

10. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com acionistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

Saldos com partes relacionadas

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas diretas e indiretas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão listados a seguir:

	CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	BNDES	31/12/2014	31/12/2013
Ativo					
Encargos capitalizados acumulados (a)	62.442	12.959	71.394	146.795	104.418
Serviços compartilhados e outros (b)	-	9.057	-	9.057	-
Outros Créditos (c)	-	6.009	-	6.009	-
Passivo					
Empréstimos e Financiamentos (d)	-	-	296.823	296.823	279.283
Adiantamento para futuro aumento de capital (e)	3.229	-	-	3.229	200.000
Contrato de mútuo (f)	135.446	114.161	-	249.607	372.125
Resultado					
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	-	8.822

(a) Encargos capitalizados - Referente a juros incidentes sobre empréstimos, financiamentos e mútuos captados para aplicação no Projeto Nova Transnordestina.

(b) Serviços Compartilhados e outros - Representado substancialmente por valores a receber referente ao rateio de gastos administrativos, nos termos do contrato de serviços compartilhados firmado entre as partes.

(c) Outros créditos - Referente a saldos a receber por vendas e reembolso de despesas.

(d) BNDES - Financiamentos e juros incorridos sobre os financiamentos contraídos destinados à execução das obras e serviços para recuperação e modernização das instalações e equipamentos da malha ferroviária nordestina. Ver nota nº 13 para detalhes adicionais.

(e) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC efetuado pelos acionistas.

(f) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto às partes relacionadas possuem prazo médio de dois anos, com incidência de juros de aproximadamente 102% do CDI e IOF.

Honorários da Diretoria

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de Administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Companhia apresenta no quadro a seguir, informações sobre remunerações acumuladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

	Taxa anual de depreciação (% a.a.)	31/12/2014	31/12/2013
Imobilização em andamento	-	5.757.372	5.087.629
Movimentação			
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Saldo em 31/12/2014
Imobilização em andamento - Geral	5.087.629	669.743	5.757.372

De acordo com a Deliberação CVM nº 577, de 05 de junho de 2009, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 20, os juros incorridos e demais

encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado, devem ser registrados em conta destacada, que evidencie sua natureza, e classificados no mesmo grupo do ativo de origem. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia capitalizou o montante líquido de receitas e despesas financeiras de R\$ 137.315 (R\$ 180.488 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

Opção pelo custo histórico

A Companhia não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores (BR GAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que: (i) os controles internos na área de ativo imobilizado já compreendiam na data de transição (01/01/2009) revisões periódicas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados; (ii) os procedimentos de valorização dos ativos imobilizados conforme as práticas contábeis anteriores foram revisados e confirmados quanto à aderência aos requisitos de valorização do CPC 27 (IAS 16) e (iii) a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação já levava em consideração os impactos de depreciação diferenciada sobre os principais componentes dos ativos imobilizados. A totalidade do ativo imobilizado da Companhia está concentrada nas obras em andamento.

Além disso, a Companhia entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

Impairment

A Companhia efetuou a análise do valor recuperável de ativos (Impairment) na data base de 31 de dezembro de 2014 conforme exigido pelo CPC 01 e não identificou necessidade de ajustes e ou provisões com base: (i) no valor de mercado dos ativos e valor do patrimônio que não divergem do seu valor contábil; (ii) ausência de indícios ou até mesmo mudanças significativas que poderiam afetar o ambiente tecnológico, de mercado ou legal da Companhia; (iii) manutenção preventiva dos seus itens de ativo imobilizado que evidencia a ausência de obsolescência de seus bens; dentre outros fatores internos ou externos.

12. FORNECEDORES

	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedor para aquisição de imobilizado	57.419	32.550

13. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Tipo	Vencimento	Encargos	31/12/2014	31/12/2013
BNDES (a)	2027	TJLP + 1,50% a.a.	296.823	279.283
BNB (b)	2027	7,5% a.a.	335.762	319.765
Banco Itaú (c)	2022	5,5% a.a.	18.752	19.844
Total			651.337	618.892
(-) Circulante			(34.558)	(15.569)
Não circulante			616.779	603.323

Movimentação Tipo	Saldo em 31/12/2013	Adições/ liberações	Atualização financeira (*)	Amortização de principal	Amortização de juros	Custo de transação	Saldo em 31/12/2014
BNDES (a)	279.283	-	17.805	-	-	(265)	296.823
BNB (b)	319.765	26.648	30.338	(10.714)	(30.275)	-	335.762
Banco Itaú (c)	19.844	-	996	(1.092)	(996)	-	18.752
Total	618.892	26.648	49.139	(11.806)	(31.271)	(265)	651.337

(*)A atualização financeira inclui R\$ 32.897 capitalizado e R\$ 16.242 de despesa de juros, estando apresentada líquida das amortizações dos custos de transação no montante de R\$ 265.

a. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Financiamento destinado aos investimentos na construção do Projeto Nova Transnordestina. A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros serão pagos mensalmente a partir de março de 2017. Os financiamentos serão amortizados, em até 12 anos, sendo o primeiro a partir de março de 2017, garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. Os financiamentos têm vencimento para 2027.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não realizou amortização e não havia recebido novas liberações de recursos.

Cronograma de desembolsos BNDES

	31/12/2014	31/12/2013
2015	16.713	11.478
2016	14.544	11.478
2017 a 2027	265.566	256.327
Total	296.823	279.283

b. Banco do Nordeste do Brasil - BNB

Os financiamentos contraídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, são destinados à execução das obras e serviços do trecho de recuperação da malha ferroviária entre as cidades de Salgueiro a Trindade, vinculado ao Projeto Nova Transnordestina e revitalização da malha atual. A liberação dos recursos restantes está condicionada a prestação de contas da utilização dos recursos liberados.

A taxa de juros pactuada é 10% a.a. com bônus de adimplência que faz a taxa recuar para 7,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Os empréstimos serão amortizados mensalmente, em até 15 anos (ambos de 2013-2027 - com nova condição a partir do aditivo realizado ao contrato em 2011). A garantia é 50% por carta de fiança bancária e 50% por fiança corporativa pela Controladora. Até 31 de dezembro de 2014, a Companhia havia efetuado desembolsos de R\$ 30.275 (R\$ 28.283 em 31 de dezembro de 2013) a título de encargos financeiros e de R\$ 10.714 (R\$ 5.357 em 31 de dezembro de 2013) a título de principal.

Cronograma de desembolsos BNB

	31/12/2014	31/12/2013
2015	18.843	14.426
2016	26.602	13.020
2017	26.602	24.552
2018 a 2027	263.715	267.767
Total	335.762	319.765

c. Banco Itaú BBA S.A. - Banco Itaú

O financiamento celebrado junto ao Banco Itaú, provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), tem por finalidade a aquisição de 34 vagões do tipo PNT e 37 vagões do tipo HNT, com modernização dos equipamentos da Companhia.

Em 13 de junho de 2013, a Companhia recebeu a título de liberação parcial o valor de R\$ 2.323, referente a um novo crédito obtido junto ao Banco Itaú no valor total de R\$ 301.713, recursos esses também originários da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), tendo por finalidade a aquisição de 886 vagões do tipo HFT, 42 vagões do tipo PET e 286 vagões do tipo GDT, dando assim continuidade ao processo de modernização dos equipamentos da Companhia.

A taxa de juros pactuada é 5,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Os empréstimos serão amortizados mensalmente, em até 8 anos (ambos de 2014-2022). A garantia é por meio de alienação fiduciária. Até 31 de dezembro de 2014, a Companhia havia efetuado desembolsos de R\$ 996 (R\$ 972 em 31 de dezembro de 2013) a título de encargos financeiros e de R\$ 1.092 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2013) a título de principal.

Cronograma de desembolsos Itaú

	31/12/2014	31/12/2013
2015	2.501	1.143
2016	2.474	2.450
2017	2.474	2.474
2018 a 2022	11.303	13.777
Total	18.752	19.844

A Companhia não possui ativos em garantias aos financiamentos contratados.

Cláusulas restritivas

Os financiamentos com o BNDES e BNB em suas modalidades, possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação física e documental as aquisições e investimentos realizados no ativo imobilizado, para o projeto Nova Transnordestina.

Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

14. DEBÊNTURES

No exercício de 2011, a Companhia aprovou a emissão de até R\$ 2.672.400 em debêntures conversíveis em ações, sendo aditado em julho de 2014 para R\$ 3.876.492. Os papéis serão subscritos pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Em 31 de dezembro de 2014, o montante de debêntures emitidas, acrescido de juros era de R\$ 3.504.263 (R\$ 2.581.799 em 31 de dezembro de 2013), conforme a seguir:

	Data da emissão	Quantidade	Principal na data da emissão	Atualização financeira	Saldo atualizado em 31/12/2014	Saldo atualizado em 31/12/2013
1ª Emissão	09/03/2010	336.647.184	336.647	101.219	437.867	421.191
2ª Emissão	25/11/2010	350.270.386	350.270	86.329	436.599	419.972
3ª Emissão	01/12/2010	338.035.512	338.036	83.109	421.144	405.105
4ª Emissão	04/10/2011	468.293.037	468.293	86.762	555.055	533.916
5ª Emissão	19/09/2012	121.859.549	121.860	14.769	136.629	131.425
6ª Emissão	24/06/2013	650.000.000	650.000	51.074	701.074	670.190
7ª Emissão	11/08/2014	800.000.000	800.000	15.895	815.895	-
Total		3.065.105.668	3.065.106	439.157	3.504.263	2.581.799
(-) Circulante					(1.499)	(957)
Não circulante					3.502.764	2.580.842

Todas as debêntures emitidas têm valor nominal unitário de R\$ 1,00, vencimento em 19/09/2056 e juros de TJLP + 0,85% a.a.

Movimentação

Saldo 31/12/2013	Liberação	Atualização financeira (*)	Amortização de juros	Saldo 31/12/2014
2.581.799	800.000	126.446	(3.982)	3.504.263

(*)Todos os juros incorridos e encargos financeiros relativos às debêntures emitidas para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados.

Em 4 de agosto de 2014, foi assinado o 9º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que os juros de 0,85% a.m. somente incidirão a partir de 20/09/2016, e serão exigíveis a partir de 19 de setembro de 2017, juntamente com as amortizações programadas, e teve como impacto em 2014 a reversão de juros capitalizados no montante de R\$ 37.273.

O contrato de debêntures não se enquadra como um instrumento financeiro com derivativo embutido, pois não possui a condição básica para que seja considerado um derivativo, na qual o fluxo de caixa deve ser modificado por algum indexador. Neste caso o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, apenas a forma de recebê-lo pode ser através de instrumento patrimonial ou em dinheiro. Além do fato de que o objetivo principal da emissão das debêntures foi o Governo Federal financiar a obra da nova malha ferroviária e honrar com o prazo da concessão. As debêntures não possuem valor de mercado e avaliação do derivativo é nula.

Em 4 de agosto de 2014, foi assinado o 9º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 3 de abril de 2015, foi adiado para 19 de setembro de 2017, em 40 parcelas anuais e consecutivas.

Conversibilidade

Conforme cláusula de conversibilidade e acordo de acionistas assinado em 20 de setembro de 2013, as debêntures serão convertidas em ações pela SUDENE/FDNE, no vencimento da primeira parcela de amortização ou resgate, e limitadas a 50% no primeiro vencimento.

As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, em que o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

Vencimento antecipado das debêntures

Poderá ser imediatamente declarada vencida e pagável a soma total das debêntures até então subscritas e integralizadas, acrescidas das remunerações, pena convencional e multas, se ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- Incorrer em atraso injustificado por mais de 15 dias no pagamento do principal e/ou encargos;
- Sustar ou interromper suas atividades por mais de 30 dias ou vier a ser cindida, fundida ou incorporada, salvo prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;
- Pedir recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou for decretada a falência;
- Descumprir obrigações decorrentes de operações financeiras da Companhia ou de seus acionistas controladores, e também obrigações financeiras assumidas perante o BNB;
- Promover modificações no controle acionário, sem prévia aprovação da SUDENE e ouvido o BNB;
- Descumprimentos das regras gerais do regulamento do FNDE e demais disposições legais aplicáveis;
- Aplicar recursos em desacordo com o estabelecido no projeto aprovado pela SUDENE;
- Não manter o registro na CVM impossibilitando o processo de conversão das debêntures em ações;
- O não cumprimento das salvaguardas contratuais, bem como alienação ou constituição de ônus sobre os bens do projeto sem a prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;
- Deixar de reforçar as garantias em até 30 dias após notificação do BNB nesse sentido, se ocorrer fatos que determine a diminuição das garantias oferecidas.

Garantias

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória. A relação entre o total de garantias e debêntures é de 238,01%.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor total da garantia é R\$ 9.226 mil e o montante de principal do contrato de escritura das debêntures é R\$ 3.876 mil. Relação das garantias:

- (a)Fiança corporativa da CSN até o limite de 48,47% do valor nominal das debêntures em aberto, devidamente atualizado, sendo a fiança irrevogável e irretroatável para todos os fins legais;
- (b)Fundo de liquidez representado por aplicações financeiras em conta corrente;
- (c)Direitos indenizatórios sobre os ativos do Projeto, representados pelas obras civis realizadas pela empresa e oriundos do Contrato de Concessão;
- (d)Penhor de direitos creditórios oriundos dos contratos operacionais que futuramente serão celebrados;
- (e)Contratação de seguro garantia, de acordo com o padrão de mercado e de forma individualizada para cada módulo do projeto;
- (f)Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, no valor referencial de R\$ 209.971.

15. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Líquido
Cível	2.255	(1.947)	308	1.900
Trabalhistas	11.650	(12.894)	(1.244)	(3.606)
Total	13.905	(14.840)	(936)	(1.706)

	Saldo inicial			Saldo final
	31/12/2013	Adição	Utilização	31/12/2014
Cíveis (a)	1.900	1.119	(162)	2.255
Trabalhistas (b)	-	14.422	(1.995)	11.650
Total	1.900	15.541	(2.157)	13.905

a. Contingências cíveis

Atualmente a Companhia é demandada como ré na Ação de Falência nº 0165651-25.2012.8.06.0001. A Companhia efetuou o depósito judicial da quantia de R\$ 1.670 em 17/10/2012. Em 19/05/2014, juntada de depósito judicial elisivo do valor remanescente de R\$ 276. Em 31/07/2014, sentença determinando o levantamento dos valores pela parte autora. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 1.981.

b. Contingências trabalhistas

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, no montante provisionado de R\$ 11.650, dos quais R\$ 7.141 estão relacionados à cobrança de horas extras e encargos. Para suportar essas contingências trabalhistas, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R\$ 12.894. Essas ações são provenientes de reclamações de ex-colaboradores da CNO e EIT, na região de Salgueiro, Araripina, Serra Talhada, Petrolina e Arcoverde.

Outros processos

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 73.985, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações de cobrança de fornecedores contra a Aliança, ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho contra a Aliança, verbas rescisórias trabalhistas e execuções fiscais. Abaixo as principais causas:

-Ação Ordinária de cobrança na esfera cível, processo nº 1827150-11.2011.8.13.0024, em curso na 24ª Vara Cível da comarca de Belo Horizonte (MG), visa o ressarcimento de prejuízos decorrentes de descumprimentos de obrigações contratuais quanto ao pagamento das horas paradas. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2014 é no montante de R\$ 3.175 (R\$ 3.122 em 31 de dezembro de 2013).

-Autos de infração lavrados para cobrança de suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre execução de obras cíveis da construção da Ferrovia Transnordestina nos limites do município de Custódia-PE e de Sertânia - PE, geraram as Execuções Fiscais nº 0001396-16.2012.8.17.0560 e proc. nº 0001307-25.2012.8.17.1390. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 15.847 e R\$ 5.732 respectivamente (R\$ 13.877 e R\$ 5.020 em 31 de dezembro de 2013).

-Ação nº 1018602-28.2014.8.26.0100 de cobrança proposta contra a TLSA relacionada à execução das obras e serviços correspondentes à implantação da superestrutura do trecho da ferrovia Transnordestina entre as cidades de Missão Velha/CE até Salgueiro/PE. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 2.034 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2013).

-Execução Fiscal nº 0000397-49.2012.8.17.1470 ajuizada pelo Município de Terra Nova/PE, objetivando a cobrança de suposto crédito

tributário de ISS. A Execução Fiscal encontra-se suspensa até o julgamento de Embargos à Execução nº 0000116-59.2013.8.17.1470, apresentado após a garantia da Execução Fiscal através da Carta de Fiança. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 2.545 (R\$ 2.229 em 31 de dezembro de 2013).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 38.470.556 ações nominativas, no valor de R\$ 2.682.671 (31.192.536 em 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 2.282.671), sendo 22.909.814 ações ordinárias (22.909.814 em 31 de dezembro de 2013) e 15.560.742 ações preferenciais (8.282.722 em 31 de dezembro de 2013), sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o capital social, subscrito e integralizado, está composto conforme abaixo:

	31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Companhia Siderúrgica do Nacional - CSN	22.701.071	1.397.545	24.098.616
BNDES Participações - BNDESPAR	208.743	1.557.818	1.766.561
BNDES	-	2.189.729	2.189.729
FINAME	-	565.755	565.755
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	-	9.849.895	9.849.895
Total	22.909.814	15.560.742	38.470.556
	31/12/2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Companhia Siderúrgica do Nacional - CSN	22.714.245	1.397.545	24.111.790
BNDES Participações - BNDESPAR	195.569	1.557.818	1.753.387
BNDES	-	2.189.729	2.189.729
FINAME	-	565.755	565.755
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	-	2.571.875	2.571.875
Total	22.909.814	8.282.722	31.192.536

A movimentação por ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ocorreu da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2014
Companhia Siderúrgica do Nacional - CSN	24.111.790	-	(13.174)	24.098.616
BNDES Participações - BNDESPAR	1.753.387	-	13.174	1.766.561
BNDES	2.189.729	-	-	2.189.729
FINAME	565.755	-	-	565.755
VALEC	2.571.875	7.278.020	-	9.849.895
Total	31.192.536	7.278.020	-	38.470.556

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2014, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 400.000 (quatrocentos milhões de reais), mediante a emissão de 7.278.020 (sete milhões, duzentos e setenta e oito mil e vinte) ações preferenciais da Classe "A", nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$ 54,96 (cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos), correspondente ao valor patrimonial líquido de cada ação, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

b. Reservas

• Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

• Dividendos

Um montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos, sendo que não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, quando aplicável.

c. Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 conforme o quadro abaixo:

	31/12/2014			31/12/2013
Prejuízo básico por ação	Ordinárias	Preferenciais	Total	Total
Prejuízo do exercício	-	-	(43.825)	(158.058)
Quantidade de ações média ponderada durante o exercício	22.909.814	13.134.735	36.044.549	33.484.434
Resultado por ação - básico (por lote de mil ações)	-	-	(1,22)	(4,72)
Prejuízo diluído por ação	Ordinárias	Preferenciais	Total	Total
Prejuízo utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	-	-	(43.825)	(158.058)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação (*)	22.909.814	13.134.735	36.044.549	33.484.434
Resultado por ação - diluído (por lote de mil ações)	-	-	(1,2159)	(4,7203)

(*) Instrumentos antidiluidores

Os instrumentos abaixo relacionados diminuem os prejuízos por ação básicos, por isso não foram incluídos no cálculo do prejuízo por ação diluído. Como consequência, a quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico.

	31/12/2014	31/12/2013
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a:		
Debêntures	30.491	25.206

17. RECEITA LÍQUIDA

Receita bruta

	31/12/2014	31/12/2013
Receita de serviços de transportes	-	50.590
Receita acessórias de serviços de transporte	-	2.311
Receita com direito de passagem	-	17.291
Receita com gestão patrimonial	-	3.611
Total da receita bruta	-	73.803
Deduções da receita bruta		
ICMS	-	(6.430)
PIS	-	(1.246)
COFINS	-	(5.739)
ISS	-	(857)
Deduções e Abatimentos	-	(1.065)
	-	(15.337)
Receita líquida dos serviços prestados	-	58.465

Composição do faturamento por cliente (base volume serviço faturado)					19. RESULTADO FINANCEIRO		
Cientes	31/12/2014	%	31/12/2013	%	Receitas financeiras	31/12/2014	31/12/2013
Maior cliente	-	-	11.778	16	Juros	-	77
2º e 3º maiores clientes	-	-	15.549	21	Outros	3.725	6.640
Outros	-	-	46.476	63		3.725	6.717
Total	-	-	73.803	100			
18. DESPESAS POR NATUREZA					Despesas financeiras	31/12/2014	31/12/2013
Custos					Juros sobre empréstimos e financiamentos (a)	(16.242)	(12.462)
					IOF (b)	(68)	(5.647)
					Comissões de fianças bancárias	(2.109)	(4.664)
					Outros	(689)	(2.788)
						(19.108)	(25.561)
					Resultado financeiro	(15.383)	(18.844)
Folha de pagamento	-		(22.268)		(a) A variação entre os exercícios refere-se a estorno de juros, no primeiro semestre de 2013, decorrentes de empréstimos específicos do Projeto Nova Transnordestina, os quais eram passíveis de capitalização.		
Material	-		(18.074)		(b) Refere-se ao IOF sobre captação de recursos através de contratos de mútuos com partes relacionadas.		
Serviço	-		(9.538)		Conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e 13 os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados. O saldo remanescente no resultado refere-se a financiamentos obtidos de terceiros não relacionados com imobilizado e para capital de giro referente a obras já encerradas.		
Depreciação e amortização	-		(10.960)				
Total dos custos	-		(60.840)				
Despesas administrativas e gerais							
Folha de pagamento	(14.779)		(8.471)				
Material	(233)		(3.456)				
Serviço	(3.235)		(4.450)				
Depreciação e amortização	(2.189)		(2.186)				
Total das despesas administrativas	(20.436)		(18.563)				
Despesas com vendas							
Folha de pagamento	-		(1.316)				
Serviço	-		573				
Depreciação e amortização	-		(59)				
Total das despesas com vendas	-		(802)				
Outras receitas (despesas) operacionais							
Provisão para contingências	(5.644)		1.055				
Despesas com arrendamento de bens	-		(41)				
Despesas com concessão	-		(2)				
Baixas de créditos não dedutíveis	-		(17)				
Multas	(1.021)		(3.883)				
Outras receitas e (despesas)	(48)		(13.984)				
Depreciação e amortização	-		(2.645)				
Recebimento de sinistro	-		15.716				
Baixa de Ativo	(837)		(13.063)				
Provisão para redução a valor recuperável	-		(279.296)				
Provisão para perda de estoque	(456)		(251)				
Total das outras despesas operacionais	(8.006)		(296.411)				
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS					20. ACORDO DE CONCESSÃO		
a. Composição dos saldos					A prestação dos serviços ferroviários de que trata o contrato de concessão celebrado em 22 de janeiro de 2014 será realizada com a utilização de ativos cuja construção se encontra em andamento e sendo executada com recursos próprios da Companhia e da União, conforme Acordo de Investimento celebrado entre os acionistas (ver nota explicativa nº 1).		
O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:					Desta forma, durante o período de obras do "Projeto Nova Transnordestina", haverá utilização de bens alugados ou pertencentes à Companhia e, posteriormente, após a liberação dos trechos pelo Poder Concedente, estes passarão à condição de arrendados.		
					À concessionária competirá a obrigação de execução das obras de implantação dos trechos ferroviários, bem como obter os financiamentos necessários à execução do objeto contratual da concessão. Não há previsão para cobrança, pelo Poder Concedente, de contrapartida financeira sobre a concessão do direito de exploração de serviço público de transporte ferroviário de cargas à Companhia.		
Ativos financeiros						31/12/2014	31/12/2013
Ativos financeiros mantidos até o vencimento						128.839	116.505
Total						128.839	116.505
Passivos financeiros							
Passivos financeiros não derivativos						31/12/2014	
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	651.337	20.860	17.198	43.620	192.302	377.357	
Debêntures	3.504.263	-	5.400	5.400	355.826	3.137.637	
Mútuo	249.607	130.418	14.936	104.253	-	-	
Fornecedores e outras contas a pagar	64.379	64.379	-	-	-	-	
Total	4.469.586	215.657	37.534	153.273	548.128	3.514.994	
Passivos financeiros não derivativos						31/12/2013	
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	618.892	7.264	8.305	52.619	254.034	296.670	
Debêntures	2.581.799	155.740	98.366	295.099	885.296	1.147.298	
Mútuo	372.125	34.623	42.247	295.255	-	-	
Fornecedores e outras contas a pagar	41.839	41.839	-	-	-	-	
Total	3.614.655	239.466	148.918	642.973	1.139.330	1.443.968	
b. Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo							
Aplicações financeiras							
Para as aplicações financeiras, mantidas até o vencimento o valor foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações.							
Empréstimos e financiamentos							
O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2014 pelo custo amortizado, sendo este o valor							

justo desses empréstimos e financiamentos. Dessa forma a Companhia entende que os valores contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo desses instrumentos passivos está registrado contra o resultado.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

O valor justo dos instrumentos financeiros é idêntico ao valor contábil desta forma a Companhia optou por não divulgar o quadro comparativo.

c. Riscos operacionais

Com a cisão dos ativos e passivos operacionais referentes à Malha I (ver nota explicativa nº 4), a Companhia se encontra em fase pré-operacional, com o início das operações previsto para janeiro de 2017. Neste período, poderá estar sujeita ao aumento nos custos operacionais, como energia elétrica e combustível, de forma desproporcional ao aumento dos preços de venda que espera praticar no fechamento de contratos com seus clientes.

Como ferramenta de controle, a Administração elabora orçamento anual e plurianual, bem como revisa periodicamente as premissas adotadas na elaboração do plano de negócios, de modo a identificar antecipadamente situações que possam impactar negativamente em suas operações, bem como adotar medidas preventivas que lhe permitam assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia em curto, médio e longo prazo.

d. Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro nota explicativa nº 21 (a).

e. Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseadas em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

f. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre empréstimos e sobre as aplicações financeiras atreladas a essa taxa e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativos em CDI	637.984	311.388
Passivo em CDI	249.607	372.125
Passivos em TJLP	3.801.086	2.861.082

Para fins de atendimento à Deliberação nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 100% do CDI à taxa de 10,77% a.a. e com 102% à taxa de 10,99% a.a. e TJLP à taxa de 5,00% a.a., (ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme cenário demonstrado acima:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário 1 (provável)</u>	<u>Cenário 2 (variação de 25%)</u>	<u>Cenário 3 (variação de 50%)</u>
Variação positiva				
Transação				
Empréstimo em TJLP	3.801.086	TJLP a 5%	TJLP a 3,75%	TJLP a 2,5%
Despesa financeira		(190.054)	(142.541)	(95.027)
Empréstimo em CDI	249.607	CDI a 10,99%	CDI a 13,74%	CDI a 16,49%
Despesa financeira		(27.432)	(34.296)	(41.148)
Aplicações Financeiras em CDI	637.984	CDI a 10,77%	CDI a 13,46%	CDI a 16,16%
Receita financeira		68.711	85.873	103.098
Variação negativa				
Transação				
Empréstimo em TJLP	3.801.086	TJLP a 5%	TJLP a 6,25%	TJLP a 7,5%
Despesa financeira		(190.054)	(237.568)	(285.081)
Empréstimo em CDI	249.607	CDI a 10,99%	CDI a 8,24%	CDI a 5,50%
Despesa financeira		(27.432)	(20.574)	(13.716)
Aplicações Financeiras em CDI	637.984	CDI a 10,77%	CDI a 8,08%	CDI a 5,39%
Receita financeira		68.711	51.549	34.387

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes, pela sua Administração, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro 2014, a Companhia possui cobertura de seguros contra responsabilidade civil, com o limite máximo de indenização de R\$ 50.000 com vigência: 11 de outubro de 2012 a 31 de dezembro de 2015 e seguro para obras civis com o limite máximo de indenizações de R\$ 1.000.000 e sublimite para danos da natureza de R\$ 50.000, com vigência até dezembro de 2015.

23. COMPROMISSOS FUTUROS

Tendo em vista a previsão de início das operações comerciais da ferrovia Nova Transnordestina para janeiro de 2017, a Administração da Companhia vem envidando esforços no sentido de firmar contratos de longo prazo junto aos potenciais clientes. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía aproximadamente R\$ 600 milhões em contratos já assinados para prestação de serviços futuros, bem como, um Memorando de Entendimento, em vista a transportar minério cujo volume poderá atingir 15MM/ton. ano.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

	<u>31/12/2014</u>
Integralização de AFAC	400.000
Encargos capitalizados (financiamentos)	32.897
Encargos capitalizados (debêntures)	126.446
Encargos capitalizados (mútuo)	24.571
Rendimentos capitalizados	(46.599)
Reconhecimento de provisão para riscos capitalizada	9.897
Apropriações de despesas antecipadas de seguros capitalizadas	5.490
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	(3.536)

DIRETORIA**Ricardo Fernandes**

Diretor de Finanças e Administração

Edison Pinto Coelho

Diretor de Planejamento e Engenharia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Yoshiaki Nakano**

Conselheiro

Raquel de Souza Lima

Conselheira

Benjamim Steinbruch

Conselheiro

Antônio Bernardo Vieira Maia

Conselheiro

Arno Schwarz

Conselheiro

Luiz Carlos de Almeida Júnior

Conselheiro

Marília Dalva Costa Vieira

Conselheira

Fernando Botelho Assunção – CRC CE nº 023494/O-4 – Contador Responsável**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Transnordestina Logística S.A. - Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Transnordestina Logística S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia após a cisão parcial de seus ativos para a FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., encontra-se em fase de construção do Projeto Nova Transnordestina. Este projeto depende de recursos de seus acionistas e de terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 10 de março de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” CERuti Amaral Ramos Bomfim
Contadora
CRC 1RJ 048.044/O-8 “T” BA